



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UnICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS -
FAJS

MARINA ESTEVES ANDRADE

**OS MEIOS PUNITIVOS PREVISTOS NA LEI DE ALIENAÇÃO
PARENTAL E A MEDIAÇÃO COMO POSSÍVEL SOLUÇÃO.**

BRASÍLIA

2017

MARINA ESTEVES ANDRADE

**OS MEIOS PUNITIVOS PREVISTOS NA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL E A
MEDIAÇÃO COMO POSSÍVEL SOLUÇÃO.**

Monografia apresentada como requisito para conclusão de curso, para obtenção do Grau de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof. Luciano Medeiros

BRASILIA

2017

MARINA ESTEVES ANDRADE

**OS MEIOS PUNITIVOS PREVISTOS NA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL E A
MEDIAÇÃO COMO POSSÍVEL SOLUÇÃO.**

Monografia apresentada como requisito para conclusão de curso, para obtenção do Grau de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof. Luciano de Medeiros Alves

BRASÍLIA, ____ DE _____ DE 2017

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Luciano de Medeiros Alves

Examinador(a)

Examinador(a)

“Ser gentil é mais importante do que ser certo. Muitas vezes, o que as pessoas precisam não é uma mente brilhante que fala, mas sim um coração especial que ouve.”

Lubavitcher Rebe

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por permitir mais essa conquista. A minha família pela paciência e dedicação para que eu chegasse até aqui. Ao meu orientador, professor Luciano Alves, pela atenção na elaboração deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como escopo analisar a Lei 12.318/2010, que versa sobre a alienação parental, conjuntamente com seus vetos, e ainda a efetividade de suas medidas coercitivas aplicadas pelo Judiciário. Inicialmente faz-se uma breve análise da organização familiar, da proteção das crianças e adolescentes diante da separação dos pais, da titularidade do poder familiar e sua extinção. Passa-se então aos meios coercitivos previstos na Lei frente a proteção dos menores já mencionadas, salientando os pontos distintivos da alienação parental e as características de sua síndrome, enquanto danos causados aos filhos menores, em decorrência da conduta passiva dos familiares. Por fim, com respaldo em significativos doutrinadores, e pesquisa de campo é demonstrada a pouca efetividade da aplicação dos meios coercitivos previstos na Lei, e consequente demonstração de como a aplicação da mediação familiar pode atuar de maneira mais efetiva diante dos conflitos parentais, estimulando o diálogo e encerrando com os aspectos adversariais, o que demonstra equivocada interpretação do veto ao artigo 9º da referida lei, uma vez que o objetivo da mediação não está na transação de direitos indisponíveis.

Palavras-chave: Alienação Parental. Direito Fundamental da criança e do adolescente. Efetividade das medidas coercitivas. Mediação familiar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A CRIANÇA, O ADOLESCENTE E A CONVIVÊNCIA FAMILIAR.....	10
1.1.Direito fundamental da criança e do adolescente à convivência familiar	10
1.2 Proteção dos filhos de casais separados e a importância da convivência com os ambos os pais.	12
1.3 Guarda e Direito de visitas	13
1.4 Do poder familiar	15
1.4.1 <i>Titularidade do poder familiar</i>	16
1.4.2 <i>Exercício, suspensão, perda e extinção do poder familiar</i>	17
2 DA ALIENAÇÃO PARENTAL	21
2.1 Dos conceitos e confusões conceituais acerca de alienação parental e síndrome da alienação parental.....	21
2.1.2 <i>Características e critérios de identificação da Alienação parental</i>	23
2.1.3 <i>Do genitor alienante e suas características</i>	24
2.1.4 <i>Consequência e tratamento da alienação parental</i>	26
2.2 Da Lei que versa sobre Alienação parental (12.318/2010)	27
2.2.1 <i>A Lei e suas Medidas de coibição</i>	32
2.2.2 <i>Preferência ao genitor que garantir a convivência familiar</i>	35
2.2.3 <i>Da competência</i>	36
2.2.4 <i>Vetos da presidência ao artigo 9º e 10º da lei nº 12.318/2010</i>	37
3 OS MEIOS PUNITIVOS PREVISTOS NA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL E A MEDIAÇÃO COMO POSSÍVEL SOLUÇÃO	40
3.1 Aplicação no judiciário	40
3.2 Mediação	45
3.2.1 <i>Mediação frente ao novo Código de Processo Civil (CPC) e a Lei de Mediação (13.140/2015)</i>	46
3.2.2 <i>Aspectos distintivos da mediação e conciliação</i>	48
3.2.3 <i>Mediação familiar</i>	49
3.2.4 <i>Aplicação da mediação familiar</i>	51
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS.....	55

INTRODUÇÃO

O Estado, a família e a sociedade devem resguardar o Direito Constitucional à convivência familiar das crianças e adolescentes com total prioridade, conforme artigo 227 da Constituição Federal.

No entanto, nem sempre é o que ocorre, após o rompimento dos laços conjugais dos pais, alguns genitores, eivados de ressentimentos passam a denegrir a imagem do outro para a prole, sem nenhuma justificativa, com o simples intuito de desqualificar e desautorizar o outro perante os filhos, a chamada alienação parental. Com isso os filhos passam a reproduzir as palavras e atitudes do genitor alienador frente ao alienado, exprimindo falsas emoções.

A alienação parental acomete principalmente a saúde emocional da prole, abalando o vínculo familiar e afetivo entre pais e filhos, podendo afetar ainda outros familiares, abalando o convívio sadio. Frente a esse abuso do poder familiar foi necessário que o legislador criasse a Lei da alienação parental (Lei 12.318/2010), para então ocorrer a responsabilização do genitor alienador.

O objetivo principal deste trabalho é analisar a Lei e verificar como vêm sendo aplicado pelo Poder Judiciários os meios punitivos previstos como sanção ao alienador, se existe efetividade para evitar ou extinguir a prática da alienação antes que ocorra a implantação da síndrome da alienação parental nas crianças ou adolescentes.

É sustentada por análise jurisprudencial as hipóteses negativas dos meios punitivos previstos na Lei, além da morosidade das decisões que dependem de laudo pericial para averiguação da implantação da alienação.

Por isso a pesquisa passa a sustentar o cabimento de um método alternativo que possa solucionar os conflitos familiares com eficácia, negando a incidência do veto do executivo ao artigo 9º da Lei 12.318/10, que veta a aplicação da mediação e intitula o magistrado como único capaz de solucionar as contendas familiares.

O primeiro capítulo trará a visão do Direito à convivência familiar resguardado a criança e ao adolescente pela Constituição Federal, a proteção dos filhos de casais separados ao direito de visitas que concretiza a convivência saudável com ambos os pais, e ainda a evolução histórica do chamado Poder Familiar, com a consequente perda do domínio exercido pela figura paterna.

No segundo capítulo é analisada todas as características da alienação parental, seus critérios de identificação e principalmente de distinção da Síndrome da Alienação Parental, e ainda as consequências e tratamentos que podem ser adotados caso persista o alienador nas atitudes errôneas. É realizada uma breve análise da Lei e seus artigos, juntamente com sua competência para processar e julgar, ressaltando as medidas de coibição do artigo 6º, e os vetos trazidos nos artigos 9º e 10º da Lei.

Por fim, no terceiro capítulo é realizada uma análise jurisprudencial para verificação de aplicabilidade da Lei, e posterior sugestão de uma mediação familiar como possível solução aos litígios que envolvem a alienação parental.

Diante de um Judiciário saturado e cheio de morosidades é relevante a reflexão de outras formas alternativas e consensuais de solução de conflitos que não seja apenas a figura do Juiz enquanto Estado, uma vez que no caso da alienação parental uma decisão intempestiva pode tornar-se, mesmo que não seja, uma decisão injusta.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi o método bibliográfico documental, baseando-se na doutrina e legislação. Além da posição jurisprudencial para solucionar o problema apresentado.

1 A CRIANÇA, O ADOLESCENTE E A CONVIVÊNCIA FAMILIAR

A Constituição Federal de 1988, trouxe ao ordenamento jurídico um maior interesse a proteção e ao desenvolvimento das crianças e adolescentes, uma vez que eles estão em pleno desenvolvimento e personalização. Um dos princípios regentes é o melhor interesse da criança e do adolescente, o qual se preocupa com a importância dada as necessidades do menor, que deve sempre está a cima de qualquer interesse dos pais.¹

Para que a criança possa viver e desenvolver sua personalidade, cumpre ressaltar, que os pais por serem os primeiros exemplos de um mundo exterior, têm diversas responsabilidades e deveres indispensáveis. Logo, são os pais os responsáveis por fazerem cumprir os direitos fundamentais dos filhos, inclusive garantir à convivência familiar, para que possam crescer capazes de fazerem escolhas adequadas para seu desenvolvimento, ou seja, precisam criar seus filhos com base na paternidade e maternidade responsável, sem que ocorra condutas alienadoras que possam vir a romper com os princípios constitucionais.²

1.1. Direito fundamental da criança e do adolescente à convivência familiar

As Crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeito de direito no Brasil a partir de 1988, quando foram consagrados com proteção integral, resguardada pela Constituição Federal. No artigo 227 da Constituição os direitos fundamentais dos menores consideram a vulnerabilidade e necessidade de cuidado e proteção que estes necessitam, passando a ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a convivência familiar, educação, alimentação, lazer, cultura, saúde, e ainda protegê-los de toda e qualquer discriminação, exploração e negligência.³

A proteção integral e o princípio do melhor interesse das crianças e adolescentes são fundamentais para resguardar a condição de sujeito de direito que

¹MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da Alienação Parental:** importância da detecção com seus aspectos legais e processuais. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 19

²BARBOZA, Luciana de Paula Goncalves; CASTRO, Beatriz Chaves Ros de. **Alienação Parental:** Um retrato dos processos e das famílias em situação de litígio. Brasília: Liber Livro. 2013. p. 49

³MULLER, Cristina Maria. **Direitos Fundamentais:** a proteção integral de crianças e adolescentes no Brasil. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9619> Acesso em 9 junh.2017

merecem tratamento especial por estarem em desenvolvimento. O texto Constitucional em seu artigo 227 que consagra o Princípio da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, foi reafirmado no Estatuto da Criança e do adolescente em seu artigo 3º:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.⁴

Diante do artigo conclui-se que as crianças e adolescentes são titulares de extensos direitos que segundo a Constituição são indisponíveis, inalienáveis, imprescritíveis e irrenunciáveis, ou seja, são sujeitos que devem ser protegidos pela família, sociedade e pelo Estado.⁵

São considerados crianças os menores de 12 anos, e adolescente de 12 a 18 anos incompletos para efeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, resguardados a eles vários direitos ao longo dos artigos 7º ao 69º. Ressalta-se os direitos previstos nos artigos de nº 19 ao 52, os quais prevê o Direito a convivência familiar e comunitária.⁶

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.⁷

O Direito a convivência familiar e comunitária surgiu para garantir que a criação e educação dos filhos se dessem no seio familiar. Logo em seguida nos artigos 21 e 22 do Estatuto o legislador voltou a afirmar que é dever de ambos os pais, em decorrência do princípio da isonomia, a guarda o sustento e a educação do menor, ou seja, o poder familiar será exercido em igualdade de condições, sem exclusão ou prioridade, uma obrigação solidária.⁸

⁴ BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 13 março. 2017.

⁵ SILVA, Denise Maria Perissini. **Mediação e guarda compartilhada: conquistas para a família**. Curitiba: Juruá. 2011.p. 255

⁶ ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência**. 15.ed. São Paulo: Atlas. 2014. p. 26

⁷ BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e das outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 13 março. 2017.

⁸ ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência**. 15.ed. São Paulo: Atlas. 2014. p. 30

1.2 Proteção dos filhos de casais separados e a importância da convivência com os ambos os pais.

A separação dos pais não rompe com os deveres legais e compromissos éticos de assegurar ao menor o sustento, educação e guarda, uma vez que o poder familiar não é rompido com a dissolução do casal. Portanto sempre que não for possível chegar a uma solução em comum acordo entre os pais o Estado deve intervir para resguardar o contato permanente da criança com a família e os direitos dos genitores para com os filhos, como o direito de visitas, que deixa de ser um direito dos pais para ser um direito dos filhos a uma continuidade da convivência, assim como era antes da separação dos pais.⁹

O divórcio ou a dissolução da união do casal inicia no âmbito psicológico e afetivo, para somente depois passar para a esfera judicial. A separação do casal é agravada quando da união tiver nascido filhos, podendo os efeitos agravantes dessa crise ser passado a prole tanto no momento da separação quanto posteriormente, uma vez que muitas dissoluções são eivadas de ressentimentos, por motivos diversos, tais como ter que gerar a si próprio integralmente e cuidar dos filhos sem o outro como cuidador. Portanto quanto maior a codependência piores serão os efeitos sobre a família.¹⁰

É importante que haja maturidade no momento da decisão de romper com o convívio família entre o casal, contudo, independente do grau de maturidade haverá uma alteração na estrutura familiar, gerando nos filhos uma desestrutura emocional que pode ser agravada quando os genitores colocam seus ressentimentos acima do bem estar da prole e embuídos pelo desejo de vingança passam a ignorar o melhor interesse dos menores, passando a ser constantes as brigas, que por vezes é preciso atuação do judiciário para obter uma solução.¹¹

Os filhos são afetados de diversas maneiras, passam a ter uma menor disponibilidade financeira devido a não convivência de um dos pais no cotidiano, sentem se rejeitados e abandonados e por vezes não conseguem compreender por

⁹ BARBOZA, Luciana de Paula Gonçalves; CASTRO, Beatriz Chaves Ros de. **Alienação Parental:** Um retrato dos processos e das famílias em situação de litígio. Brasília: Liber Livro. 2013. p. 36

¹⁰ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da Alienação Parental:** importância da detecção com seus aspectos legais e processuais. Rio de Janeiro: Forense, 2013.p. 37

¹¹ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da Alienação Parental:** importância da detecção com seus aspectos legais e processuais. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 38

que um dos pais afastou-se do lar; pode se sentir ainda culpados pela separação dos genitores.¹²

A presença de ambos os pais é de suma importante no desenvolvimento da criança. Uma vez ausente um dos genitores, ou mesmo indiferente na criação dos filhos, podem gerar marcas profundas, tanto quanto de um pai morto, não conhecimento ou outro fator de ausência. Logo, o que deve ser buscado é o inverso, quando existe presença efetiva de ambos os pais, ocorrendo um equilíbrio na relação genitor e prole, representando para a criança segurança e identidade frente ao meio social, sendo os pais intermediários entre filhos e sociedade, ensinando sobre as relações interpessoais.¹³

1.3 Guarda e Direito de visitas

A guarda é um dos aspectos mais importantes dos efeitos de uma separação conjugal, porque está em discussão aspectos relativos a vida das pessoas mais vulneráveis da relação familiar. O titular da guarda fica com a criança e adolescente, menor de 18 anos, por determinação legal ou judicial, sob sua dependência sóciojurídica, com direito de opor-se a terceiro e com o dever de prestar-lhe toda assistência necessária.¹⁴

No divórcio ou dissolução de união estável amigável deve ser respeitado o acordo realizado entre as partes, contudo, o juiz deve atentar-se para o fato de que realmente está sendo ponderado o melhor interesse do menor sob eventuais ressentimentos e interesses dos genitores, que podem utilizar de seus filhos para obterem vantagens pessoais. Em caso de conflito dos genitores, caberá a guarda a quem declarar melhor condição de exercer-la. Culturalmente a guarda é por hábito outorgada a mãe, contudo, o juiz tem o poder de em casos extremos não declarar a guarda ao pai e nem a mãe, ressaltando que em caso de guarda as decisões podem

¹² SILVA, Denise Maria Perissini da. **Casos de alienação parental**. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10856>. Acesso em 15 maio 2017.

¹³ SILVA, Denise Maria Perissini da. **Casos de alienação parental**. Disponível em:<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10856>

¹⁴ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental**: Comentários a lei 12.318/2010. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense 2013. p. 88

ser alteradas depois do trânsito em julgado, por se tratar de relações continuas, que permitem que fato novo leve a revisão.¹⁵

Para determinar a guarda da criança diversos fatores são verificados, devendo ser observado em primeiro lugar o menor impacto sobre a prole; como a permanência no lar de costume, acompanhamento pessoal, tempo disponível do genitor titular, alimentação, vestuário, saúde, recreação.¹⁶

São modalidades de guarda disciplinadas na legislação brasileira a unilateral e a compartilhada, que estabelece uma divisão equânime da convivência e da responsabilidade, já a guarda unilateral e também chamada de exclusiva, é a que atribui a apenas um dos genitores a guarda e os direitos da custódia do filho. Com o advento da Lei 11.608/2008, que trouxe ao ordenamento a guarda compartilhada, somente seria possível declarar a guarda unilateral se caso fosse inviável a guarda compartilhada.¹⁷

A guarda compartilhada, ainda que a lei exija sua preferência diante do desacordo dos genitores, não é a mais indicada e não deve ser imposta por determinação judicial quando o casal estiver em litígio, uma vez que a responsabilidade é de ambos os pais, que devem deliberar em conjunto sobre a educação e valores. O poder parental continua sendo exercido como antes da separação conjugal, e por isso esta modalidade de guarda requer um bom convívio dos pais e um ótimo nível de maturidade, para que não ocorra um acirramento dos conflitos e em consequência danos à saúde psicológica dos filhos, a exemplo da alienação parental.¹⁸

O genitor não guardião tem o direito de visita, fiscalização e convivência com o filho que vive no regime de guarda exclusiva, o exercício depende do que fora convencionado pelos divorciados ou estipulado pelo juiz. No momento de regulamentar o direito de visitas o juiz deve se ater, aos direitos dos menores a

¹⁵ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção com seus aspectos legais e processuais**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 33

¹⁶ SILVA, Denise Maria Perissini da. **Casos de alienação parental**. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10856> Acesso em 16 maio 2017

¹⁷ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção com seus aspectos legais e processuais**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 33

¹⁸ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção com seus aspectos legais e processuais**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 35

convivência com ambos os genitores, sob os interesses dos pais. Em caso de constante dificuldade para exercer as visitas deve ser questionada a possibilidade de mudança na guarda da prole, uma vez que limitações constantes podem levar ao afastamento progressivo do genitor não guardião e gerar prejuízos aos filhos, segundo o ponto de vista da psicóloga SHINE:¹⁹

[...]Atitude de interditar o contato do filho com o pai, infelizmente tão comum, pode dar margens a uma tentativa de amoldar a criança a um único modo e isolar a influência do outro. Fenomenologicamente, isso se expressa por comentários, como: “eu fico a semana toda com ele, brigo para ensinar modos e educá-lo. Aí ele vem no final de semana e dá uma de bonzinho e deixa fazer tudo”.²⁰

A Lei 11.112/2005 determinou que a guarda dos filhos menores teria a obrigatoriedade do regime de visitas mesmo na separação consensual. De acordo com o artigo 227 da Constituição Federal o regime de visitas é um direito recíproco de pais e filhos ao direito a convivência familiar independente da separação, não é apenas comparecer a casa do menor, é o direito a sua companhia, o direito de fiscalizar a educação. O direito a convivência família é recíproco, e por isso deve ser aceito pelo filho, criança ou adolescente, tendo o menor o direito de recusar as visitas quando houver fundadas razões, o que pode determinar o afastamento do pai ate averiguações, conforme julgado do Tribunal de Justiça de São Paulo:²¹

“O TJSP apreciou situação extrema, concluindo pela proibição de direito de visita, em virtude de comprovação de que o pai praticara atos libidinosos em relação à filha, além de uso imoderados de bebidas alcoólicas. O laudo psicológico revelou que, para a menina a figura paterna era carregada de sentimentos negativos de raiva, rancor e medo.”²²

1.4 Do poder familiar

No código de 1916 era chamado de Pátrio poder, época em que o marido que exercia o papel de chefe de família. Com o Estatuto da Mulher Casada, as evoluções culturais e os devidos esclarecimentos aos pais sobre a real importância jurídica da autoridade de ambos perante os filhos, a matéria rompeu com as tradições machista

¹⁹ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4.ed. São Paulo: Saraiva. 2012. p. 196

²⁰ SHINE. Apud. LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4 ed. São Paulo: Saraiva 2012. p. 196

²¹ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4.ed. São Paulo: 2012. p. 197

²² LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4.ed. São Paulo: Saraiva. 2012. p. 197

e foi consagrada como poder familiar no Código Civil de 2002, ocorrendo consequentemente a perda do domínio exercido pela figura paterna.²³

Poder familiar está previsto nos artigos 1.630 a 1.638 do Código Civil, é conceituado como um conjunto de direitos e obrigações conferidos aos pais, nos limites da autoridade parental, exercido em face dos filhos menores e incapazes, dentro da ideia de família democrática, com o intuito de lhes assegurar saúde, educação, moralidade e segurança.²⁴

O poder familiar deve ser exercido pelos pais e regido pelo princípio da isonomia, uma vez que não deve haver superioridade quanto a figura do homem, não importando ainda o estado civil de quem o exerce. Ocorrendo divergência entre os responsáveis pelo exercício do poder familiar poderá recorrer ao juiz quem estiver em desacordo, em ação chamada de solução de divergência quanto ao poder familiar.²⁵

Recorrer ao juiz quando houver desacordos não é a melhor solução, uma vez que a vitória de um dos titulares do poder familiar não finalizará o conflito de opiniões e poderá gerar problemas maiores a união familiar, por isso sempre que possível o juiz deve estimular uma tentativa de mediação familiar. Com o intuito de que pela ausência de julgamento e de vitória um contra o outro, os titulares possam chegar a uma solução imparcial do problema, podendo ser concluída com homologação judicial.²⁶

O poder familiar tem como características a irrenunciabilidade, os pais não podem renunciar nem abrir mão por ser um dever-função; é imprescritível, caso os pais não exerça não leva a perda do direito de detentor do poder; é inalienável e indisponível, uma vez que não podem ser transferidos a título gratuito ou oneroso.²⁷

1.4.1 Titularidade do poder familiar

O poder familiar tem como sujeito ativo ambos os pais, casados, separados, que vivam em união estável ou que tiveram seus filhos fora da união familiar, o que é

²³ ELIAS, Roberto João: **Pátrio Poder**: Guarda dos Filhos e Direito de Visitas. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 27

²⁴ TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito Civil**: Direito de Família. 8ed. São Paulo: Método. 2013.v.5. p. 387

²⁵ GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo PAMPLONA. **Novo curso de direito de família**: As famílias em perspectiva constitucional. 4 ed. São Paulo: Saraiva. 2010. V.6. p. 595

²⁶ LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: Famílias. 4 ed. São Paulo: Saraiva. 2012. p. 300

²⁷ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental**: Comentários a lei 12.318/2010. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.86

estipulado no artigo 1632 do Código Civil, que regulamenta que alteração na situação conjugal dos pais não alteram a relação entre pais e filhos, garantindo o direito que os genitores têm de ter em sua companhia os filhos.²⁸

Caso a guarda esteja por determinação legal destinada a um dos pais, o poder familiar permanece sendo de titularidade de ambos, o pai que não detém a guarda do filho permanece no direito a compartilhar de decisões e ter a companhia do filho, ou seja, direito de visitas. O artigo 1.579 do Código de Processo Civil, estabelece que a separação dos pais não modifica os direitos para com os filhos, resguardando a criança o direito a convivência com ambos.²⁹

Como sujeitos passivos ao poder familiar, encontram-se os filhos menores e não emancipados, independentemente de serem adotados ou consanguíneos, de acordo com a Constituição de 1988 em seu artigo 227 parágrafo 6º é proibida a discriminação dos filhos de acordo com a sua origem, seja qual for.³⁰

Ainda no artigo 1.633 do CC. caso o filho não seja reconhecido pelo pai, o poder familiar será exercido exclusivamente pela genitora. Mas se a mãe não for capaz ou conhecida nomeia-se tutor a criança.³¹

1.4.2 Exercício, suspensão, perda e extinção do poder familiar

O exercício do poder familiar está previsto no artigo 1.634 CC, que traz como atribuição aos pais verdadeiros deveres legais como:

- I - dirigir-lhes a criação e a educação;
- II - exercer a guarda unilateral ou compartilhada nos termos do art. 1.584;
- III - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casarem; IV - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para viajarem ao exterior;
- V - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para mudarem sua residência permanente para outro Município;
- VI - nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar;
- VII - representá-los judicial e extrajudicialmente até os 16 (dezesseis) anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;

²⁸ TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito Civil: Direito de Família**. 8.ed. São Paulo. Método. 2013. V.5. p. 387

²⁹ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4.ed. São Paulo: Saraiva. 2012. p. 300

³⁰ ELIAS, Roberto João: **Pátrio Poder: Guarda dos Filhos e Direito de Visitas**. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 29

³¹ TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito Civil: Direito de Família**. 8.ed. São Paulo. Método. 2013. V.8. p. 388

VIII - reclamá-los de quem ilegalmente os detenha;
IX - exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição.³²

Portanto o exercício do poder familiar é um conjunto de direitos vinculados a deveres, com a finalidade de atender o melhor interesse da criança e adolescente, para seu desenvolvimento e formação da personalidade. Os poderes dos pais acabam com o limite temporal da maior idade, contudo, a medida que os filhos menores vão desenvolvendo sua autonomia e capacidade de escolha o seu exercício vai reduzindo proporcionalmente.³³

Os principais direitos dos filhos no exercício do poder familiar são de forma universal, o sustento, assistência moral, educação e instrução, que são fundamentais para formação. Quando se trata de educação tem se a ideia de que o direito a educação não pode ser transferido a outra pessoa, já o exercício pode, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina no seu artigo 55 que os pais têm o dever de manter seus filhos em uma rede de ensino regular, vindo o Código Penal a fixar pena para o pais que deixar de cumprir com a obrigação de instrução primaria do filho em idade escolar.³⁴

O menor tem direito a convivência familiar com ambos os pais, com direito a fixar-se em uma residência e poder se ausentar dela por períodos determinados com o genitor não detentor da guarda, por livre e espontânea vontade, nos casos de guarda unilateral, o chamado direito de visita. A guarda inclui a fiscalização, que permite a ambos os pais uma atuação direta, sendo permitindo em casos necessários controlar as correspondências e comunicações, direito que deve ser exercido em função de sua cultura e idade. O dever de vigilância deve levar em consideração o estabelecido na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, ou seja, o direito de não ser invadida de forma indevida sua vida íntima e suas correspondências privadas.³⁵

Em casos de pais casados, ou que vivem em união estável, as autorizações que decorrem do poder familiar não necessitam de comprovação de assentimento, decorrem de boa-fé, cada titular tem a sua presunção de agir em conformidade com o outro, o que é inverso no caso de pais divorciados.³⁶

³² BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm 24/05 > acesso em 9 jun. 2017

³³ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4.ed. São Paulo: Saraiva 2012. p. 302

³⁴ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4.ed. São Paulo: Saraiva 2012. p. 303

³⁵ LIENHARD. apud LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4.ed. São Paulo: Saraiva 2012. p. 304

³⁶ LIENHARD. apud LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4.ed. São Paulo: Saraiva 2012. p. 304

Quanto aos casos de suspensão, perda e extinção do poder familiar, a lei disciplina hipóteses exclusivas de extinção em seu artigo 1.635 do Código Civil, casos em que o titular do poder pode ser privado do exercício.³⁷

Art. 1.635. Extingue-se o poder familiar:

I - pela morte dos pais ou do filho;

II - pela emancipação, nos termos do art. 5º, parágrafo único;

III - pela maioridade;

IV - pela adoção;

V - por decisão judicial, na forma do artigo 1.638.³⁸

A forma mais comum de extinção é a maioridade da prole; ou ainda quando é realizada a emancipação, que é atribuído ao filho a completa capacidade de direito, e decorrente dela enseja o fim do poder familiar. A adoção qualquer que seja sua modalidade é outra forma de extinção legal trazida pelo código, uma vez realizada a adoção cessa o poder familiar da família originária, passando a responder pela criança a nova família, causa de transferência de poder familiar e não extinção.³⁹

Na suspensão do poder família é necessária uma decisão judicial a pedido de algum parente, do Ministério Público, ou mesmo de ofício, após apuração de conduta grave. O artigo 1.637 do código civil prevê que será suspenso do poder familiar o pai ou a mãe que agir com abuso, faltarem com os deveres inerentes, arruinarem os bens dos filhos e ainda, que forem condenados em crime cuja a pena exceda a dois anos de prisão, cabendo ao juiz decretar o tempo de suspensão do pátrio poder pelo período que entender necessário. Caso o titular seja condenado a pena diversa ao estipulado no referido artigo poderá a critério do juiz ser suspenso o poder familiar, ou até extinto, conforme for a gravidade do ato em relação ao filho.⁴⁰

Nos casos de suspensão do poder familiar ao juiz caberá a análise do caso concreto em cada pleito, sendo respeitado o contraditório e ampla defesa durante todo o processo. A sentença que decretar a perda ou suspensão do poder familiar deverá ser averbada na certidão de nascimento do menor. Cumpre ressaltar que a suspensão pode ser relativa a somente alguns direitos do poder familiar e que não fica desobrigado de prestar alimentos. Caso cesse o motivo que desencadeou a suspensão poderá o genitor ser reestabelecido ao poder.⁴¹

³⁷ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 10.ed. São Paulo. Atlas. 2010. p. 316

³⁸ BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm 24/05 > acesso em 9 jun. 2017

³⁹ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4 ed. São Paulo. Saraiva. 2012. p. 302

⁴⁰ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 10.ed. São Paulo: Atlas. 2010. p. 317

⁴¹ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 10.ed. São Paulo: Atlas. 2010. p. 317

Outra questão a ser ponderada como uma possibilidade de suspensão do poder familiar é a alienação parental, que constitui abuso moral e descumprimento a deveres referentes a autoridade parental. A Lei 12.318/2010 que trata a alienação parental, em seu artigo 6º não traz previsão de destituição total, mas apenas suspensão do poder familiar.⁴²

A destituição do poder familiar é a sanção que apenas deve ser imposta quando colocar a vida do menor em risco, deve sempre optar em primeiro lugar pela suspensão do poder quando puder ocorrer uma recomposição posterior da afetividade.

O Código Civil enumera algumas hipóteses de perda do poder familiar no artigo 1638: castigo imoderado, abandono, pratica de atos contrários a moral e aos bons costumes. No caso da destituição do poder familiar, é caracterizada como uma decisão em prol dos menores, a fim de afasta-los da presença dos genitores que podem causar malefícios a prole, passando a exercer o poder o genitor que não sofreu destituição caso tenha condições, caso não tenha, será nomeado tutor.⁴³

⁴² TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito Civil: Direito de Família**. 8ed. São Paulo: Método. 2013.v.8.p.392

⁴³ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4 ed. São Paulo: Saraiva 2012. p. 307

2 DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Ainda que os pais não queiram mais manter a relação marital e viver na forma de família constituída, ou jamais tenham chegado a viver, deve-se preservar a convivência dos pais para com os filhos, tendo como alicerce o amor, respeito e demais laços da afetividade. Quando o alienador tenta afastar o vitimado do alienado, rompendo os referidos laços, ocorre a chamada alienação parental.⁴⁴

Cumprido ressaltar que, não é apenas entre pais e filhos que tal comportamento pode ocorrer, o fenômeno é amplo como a multiplicidade de relações familiares, podendo ocorrer entre netos e avós, sobrinhos e tias, assim sucessivamente.⁴⁵

2.1 Dos conceitos e confusões conceituais acerca de alienação parental e síndrome da alienação parental.

Um dos primeiros conceitos sobre alienação parental surgiu no fim do século XX, foi formulado pelo professor e psiquiatra infantil forense (perito judicial), especialista do Departamento de Psiquiatria Infantil da Universidade de Columbia, Richard Gardner, em 1985.⁴⁶

Durante sua atuação como perito judicial ele se deparou por diversas vezes com um grande número de pais, principalmente mães, que por meio de campanhas de ódio, ou intensificação de ressentimentos, tentavam excluir o outro genitor da vida dos filhos. Essas ações na vida dos filhos desencadeavam sintomas que foram chamados pelo especialista por síndrome da alienação parental (SAP).⁴⁷

A definição do psiquiatra norte-americano Richard Gardner para SAP é a seguinte:

A síndrome de alienação parental (SAP) é uma disfunção que surge primeiro no contexto das disputas de guarda. Sua primeira manifestação é a campanha que se faz para denegrir um dos pais, uma campanha sem nenhuma justificativa. É resultante da combinação de doutrinações programadas de um dos pais (lavagem cerebral) e as próprias contribuições da criança para a vilificação do pai alvo.⁴⁸

⁴⁴ FIGUEIREDO, Fábio Vieira. **Alienação Parental**. São Paulo: Saraiva, 2013. 2ed. p. 43

⁴⁵ FIGUEIREDO, Fábio Vieira. **Alienação Parental**. São Paulo: Saraiva, 2013. 2ed. p. 44

⁴⁶ BARBOSA, Luciana de Paula Gonçalves; CASTRO Beatriz Ros. **Alienação Parental: Um retrato dos Processos e das Famílias em situação de litígio**. Brasília: Liber livro. 2013.p. 47

⁴⁷ BARBOSA, Luciana de Paula Gonçalves; CASTRO Beatriz Ros. **Alienação Parental: Um retrato dos Processos e das Famílias em situação de litígio**. Brasília. Liber livro. 2013.p. 47

⁴⁸ GARDNER. 1985. apud. SILVA, Denise Maria Perissini. **Mediação e Guarda compartilhada: Conquistas para a família**. Curitiba: Juruá. 2011. p.205

Para Gardner a SAP, era um distúrbio da criança associado a separação conjugal dos pais, o qual os filhos passavam a depreciar um dos genitores (genitor alienado), de maneira injustificada, porém causada pela influência do genitor alienador, em sua maioria guardião, consciente ou não de sua atuação, em conjunto com uma causa preexistente específica, que propiciava na prole um conjunto de sintomas: campanha denegritória, falta de ambivalência, racionalizações fracas contra o genitor alienado, apoio automático ao genitor alienador em conflitos familiares, presença de encenações encomendadas, ausência de culpa, criança atuando como “independente e consciente” e propagação de elogios ao genitor alienador.⁴⁹

Com a presença dos 8 sintomas da síndrome a criança perde sua subjetividade e passa a viver com os falsos aspectos gerados pela convivência com o alienador, formando em sua memória fatos novos, não mais criados pelo alienador, chamados de falsas memórias, causando sérios quadros psicopatológicos na criança e colocando o genitor alienado na condição de vítima.⁵⁰

Na mesma linha de pensamento de Gardner surgiram outros pensadores que em suas pesquisas também identificaram os sintomas presentes na SAP, contudo, com nomenclatura diferente.

Alguns peritos da área de família, observando os perfis e acusações de pais separados que envolviam; abuso sexual, distanciamento em razão de castigo a ex-cônjuge, extensão da imagem do pai ao filho, nomearam a SAP de forma paralela de Síndrome de SAID - alegações sexuais no divórcio, Síndrome da mãe maliciosa e Síndrome de Meideia.⁵¹

No Brasil a SAP passou a ter atenção no ano de 2003, quando surgiu no judiciário as primeiras decisões reconhecendo o fenômeno já antigo nos conflitos de família. A síndrome somente ganhou espaço perante o judiciário por conta de participação de equipes interdisciplinares e pesquisas dos institutos – Associação dos pais e mães separados (APASE) e Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).⁵²

⁴⁹ BARBOSA, Luciana de Paula Gonçalves; CASTRO Beatriz Ros. **Alienação Parental: Um retrato dos Processos e das Famílias em situação de litígio.** Brasília. Liber livro. 2013.p. 47

⁵⁰ BARBOSA, Luciana de Paula Gonçalves; CASTRO Beatriz Ros. **Alienação Parental: Um retrato dos Processos e das Famílias em situação de litígio.** Brasília: Liber livro. 2013.p. 47

⁵¹ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental: Comentários a lei 12.318/2010.** 3.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.24

⁵² FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental: Comentários a lei 12.318/2010.** 3.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.24

Com o surgimento de diversos casos foi preciso diferenciar a Alienação Parental da Síndrome da Alienação Parental(SAP), que foi definida por Gardner como um conjunto de sintomas, distúrbio, “lavagem cerebral” que a prole vem a apresentar em razão dos atos de alienação parental, que por sua vez é o ato de induzir a criança para que rejeite o genitor, ou seja, a alienação parental é a atuação do alienador para deturpar a imagem do pai/mãe alienado, para que a criança tenha uma ideia equivocada do outro genitor.⁵³

Geralmente a Alienação Parental se desenvolve após a separação dos pais, no momento em que há disputa de guarda, visita e convívio com o filho, contudo, pode surgir ainda durante a convivência do casamento, por atitudes e palavras dos pais que buscam desqualificar e desautorizar o outro perante os filhos. Com a alienação parental o genitor alienado passa a ser um estranho para o filho e a criança passa a reproduzir as mesmas palavras e atitudes do alienador, chamada de patologia psicológica na SAP. Portanto a SAP é considerada um subtipo da Alienação parental, e por não está em nenhum código internacional de doenças a expressão ainda é muito criticada⁵⁴.

2.1.2 Características e critérios de identificação da Alienação parental

Para Douglas Darnall, psicólogo e discípulo de Gardner, alienação parental é “qualquer constelação de comportamentos, conscientes ou não, que podem provocar uma perturbação no relacionamento entre a criança e o outro genitor.”⁵⁵ Logo o objetivo principal é o afastamento do filho do outro genitor.

Na Alienação Parental a característica principal está no momento em que é analisada, uma vez que o foco é no comportamento viciado do alienador e não da criança, sendo o processo de alienação anterior a instauração das certezas distorcidas acerca do pai/mãe alienado, diferente da Síndrome (SAP), que tem a criança com participação ativa na disputa.

⁵³ CUNHA, Tâmara Morais da. **Alienação Parental x Síndrome da Alienação Parental**. Disponível em < <https://tamaramoraesc.jusbrasil.com.br/artigos/187848400/alienacao-parental> >. Acesso em: 09. maio. 2017.

⁵⁴ SILVA, Denise Maria Perissini. **Mediação e Guarda compartilhada**: Conquistas para a família. Curitiba: Juruá. 2011. p.208

⁵⁵ BARBOSA, Luciana de Paula Gonçalves; CASTRO Beatriz Ros. **Alienação Parental**: Um retrato dos Processos e das Famílias em situação de litígio. Brasília: Liber livro. 2013.p. 55

A criança passa a ser um objeto perante a crise dos papéis parentais e direitos e deveres dos pais após a separação, ao invés de ser o foco da questão. Quando existe realmente negligência ou abuso do genitor alienado de forma que justifique a reação do menor perante o genitor não se pode falar da SAP.⁵⁶

Para caracterizar a alienação é necessário distingui-la também de ambiente familiar hostil, uma vez que o ambiente hostil é mais abrangente, podendo está presente em qualquer situação familiar em que esteja presente mais de duas pessoas ligadas a criança, divergindo sobre algum aspecto referente a sua criação, podendo ser entre avós, pais, e estando ligado a comportamento que influenciam a vida do menor. A alienação envolve a guarda, ou conflitos ligados ao divórcio dos pais, ou pais divorciados.⁵⁷

2.1.3 Do genitor alienante e suas características.

Pessoa que incentiva a criança ou adolescente a rejeitar sem motivos suficientes o outro pai, inclusive sobre acusações infundadas e mentirosa, sem nenhum respeito e consideração pelo outro genitor ou familiar. Em sua maioria são pessoas surperprotetoras, que geralmente se colocam como vítimas de um tratamento injusto pela outra parte, fazendo com que os filhos creiam que o pai não merece nenhum tratamento afetuoso por parte deles.⁵⁸

O genitor alienador é dissimulado, alegando que realiza esforço para que o genitor tenha contato com a prole e se surpreende com a ausência deste. A maior dificuldade do alienador é reconhecer que o filho é um ser individual e que não deve projetar-se nele, e acaba cometendo abuso psicológico de forma subjetiva e silenciosa, confidenciando com o filho as experiencias negativas com o genitor alienado, passando o filho a absorver o rancor e sentir-se no dever de lealdade e proteção para com o pai alienador.⁵⁹

⁵⁶BARROS, Gabriela dos Santos. **Análise poliédrica da alienação parental e da síndrome de alienação parental.** Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12243> Acesso em 18 maio 2017.

⁵⁷ BARROS, Gabriela dos Santos. **Análise poliédrica da alienação parental e da síndrome de alienação parental.** Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12243> Acesso em:05 junh. 2017

⁵⁸ SILVA, Denise Maria Perissini. **Mediação e Guarda compartilhada:** Conquistas para a família. Curitiba. Jurua. 2011. p.208

⁵⁹ SILVA, Denise Maria Perissini. **Mediação e Guarda compartilhada:** Conquistas para a família. Curitiba. Jurua. 2011. p.209

As pessoas que se revelam alienadoras possuem algumas características e transtornos de personalidade como;

- a) Transtorno paranoide: pessoas ciumentas, desconfiadas, não realiza autocrítica e qualquer conduta exterior que não esteja sob seu controle é ameaçadora, utilizam da negação da realidade para se defender;
- b) Síndrome de Munchausen: indivíduos vivem constantemente simulando doenças, sintomas, o alienador por sua vez, além de simular doenças em si inventam doenças nos filhos para impedir a visita do pai, ou obter atenção;
- c) Transtorno de personalidade antissocial: desprezo, violação dos direitos dos outros, pouca tolerância as frustrações, imprudentes, irritadiças e explosivas. Lutam pela guarda da prole com o único objetivo de utiliza-los ao seu favor;
- d) Transtorno psicótico compartilhado: indivíduos delirantes que está sob controle na relação e impõe seu delírio;
- e) Transtorno de personalidade limite ou borderline: teme ao abandono real ou imaginado, esforçando para evita-lo;
- f) Transtorno de personalidade narcisista: grandiosidade, reconhecimento e admiração de sua personalidade para ser reconhecido, atitudes e comportamentos esnobe, arrogante.⁶⁰

Na implementação da alienação parental o processo de interferência do alienador começa em pequenas atitudes como não informar ao filho sobre uma ligação ou mensagem do genitor, presenteando a criança em dobro quando agem de acordo com seus interesses, tudo com o objetivo de alcançar a covarde atitude da alienação e privação do direito ao convívio familiar com as duas linhas da geração, que tem igual importância na saúde mental e desenvolvimento da criança.⁶¹

Quando não é feita uma análise do comportamento do alienador, tudo indica que a sua intenção seja o melhor interesse para seu filho, que ele quer manter o filho próximo ao pai/mãe ou família alienada. Contudo, ao analisar a situação de uma forma, um pouco aprofundada pode se chegar à conclusão de que é mera manipulação, que seu comportamento não é compatível com o que está sendo dito.⁶²

Podevyn, um dos responsáveis por difundir a alienação na Europa delimita alguns comportamentos demonstrados pelos genitores alienadores:

- a) Não avisar o genitor alienado dos eventos que envolvem a criança e depois usar sua ausência para depreciar-lo para o filho;
- b) Não comunicar que o genitor ligou ou o procurou;

⁶⁰ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação Parental:** importância da detecção e aspectos legais e processuais. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.52

⁶¹ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação Parental:** importância da detecção e aspectos legais e processuais. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.52

⁶² BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental.** Uma interface do direito e da psicologia. Curitiba: Juruá. 2012. p. 80.

- c) Ligar insistentemente quando a criança estiver em horário de vista;
- d) Alegar abandono quando a prole sai com o outro genitor;
- e) Afirmar que vai fazer o que a criança gosta nos dias de visita;
- f) Querer substituir o pai/mãe com o novo relacionamento;
- g) Denegrir o ex-cônjuge e menosprezar os presentes que foram dados;
- h) Não permitir que a prole atenda telefonemas do alienado;
- i) “Lavagem cerebral” contra o pai/mãe;
- j) Ameaçar ausentar-se com a criança, até mesmo mudar para longe do genitor.⁶³

2.1.4 Consequência e tratamento da alienação parental

A maneira que os pais agem diante de um divórcio ou dissolução de uma união estável é diferencial para a maneira que seus filhos se comportarão diante dos relacionamentos pessoais no futuro. Caso os pais sigam a vida e a rotina como de costume, de maneira madura, as consequências quase não serão sentidas pelos menores, caso contrário, quando os adultos insistem em uma alienação parental e em constantes brigas e mudança imprevisíveis, os filhos passam a ter um comportamento distorcido do mundo, com a presença do medo de abandono, ansiedade, angústia que podem gerar diversos problemas na vida adulta e nas relações interpessoais.⁶⁴

Por não ter um convívio sadio tornam-se pessoas manipuladoras que exprimem falsas emoções, costumam contar apenas uma parte da verdade, são inseguras, dependentes, e tem como consequência principal o rompimento da relação com um dos genitores.⁶⁵

O “efeito bumerangue”, descrito por psicólogos como uma mudança para posição oposta, também é um efeito da alienação parental, ocorre quando a criança cresce e torna-se consciente, percebe a injustiça cometida contra o pai alienado, passando a culpar o genitor alienante e voltar toda a raiva para o guardião, que incentivou o relacionamento conturbado.⁶⁶

⁶³ PODEVYN, apud. BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental**. Uma interface do direito e da psicologia. Curitiba: Juruá. 2012. p. 81.

⁶⁴ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação Parental: importância da detecção e aspectos legais e processuais**. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.54

⁶⁵ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação Parental: importância da detecção e aspectos legais e processuais**. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.55

⁶⁶ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental: Uma interface do Direito e da Psicologia**. Curitiba: Juruá. 2012. p. 91

Nos casos de Alienação Parental, tem como tratamento o acompanhamento psicológico que na maioria das vezes também é uma medida punitiva já estabelecida pela justiça na Lei nº 12.318/2010, que versa sobre a alienação parental.⁶⁷

O tratamento torna-se mais rígido quando da alienação tiver falsas acusações de abuso sexual, uma vez que o psicólogo deve estar atento aos relatos, visto que em caso de abuso real os fatos é algo constante e na falsa acusação existe uma discordância dos fatos contados. Uma vez existindo dúvida sobre o abuso real, deve ser requisitada as visitas monitoradas, não interrompendo de imediato as visitas de uma forma injusta.⁶⁸

Mesmo que a família realize o tratamento, vários casos de alienação por períodos longos, não alcançam o objetivo, o sucesso de uma convivência amorosa entre os familiares. Por isso a Lei da Alienação Parental, surge como uma tentativa de coibir a síndrome, inibindo a pratica da tão comum alienação, buscando soluções para cada caso, não sendo necessário a instalação por completo da síndrome e seus efeitos para buscar meios jurídicos de defesa.⁶⁹

2.2 Da Lei que versa sobre Alienação parental (12.318/2010)

No ano de 2008 ocorreu uma mobilização pública, um movimento oriundo de pais separados, profissionais de Direito, medicina, psicologia, e representantes da associação pró-SAP, que levou ao surgimento da propositura do projeto de Lei nº 4.853/2008, que conceituava e caracterizava a alienação parental, o projeto trazia algumas formas de coibição contra atos do alienante e também a previsão de punição com prisão.⁷⁰

Em agosto do ano de 2010 foi promulgada a Lei 12.318, que dispõe sobre alienação parental, criada a partir do projeto de lei de 2008, com suas devidas alterações.

⁶⁷ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental: Uma interface do Direito e da Psicologia**. Curitiba: Juruá. 2012. p. 92

⁶⁸ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental: Uma interface do Direito e da Psicologia**. Curitiba: Juruá. 2012. p. 92

⁶⁹ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental: Uma interface do Direito e da Psicologia**. Curitiba: Juruá. 2012. p. 94

⁷⁰ BARBOSA, Luciana de Paula Gonçalves. CASTRO Beatriz Ros. **Alienação Parental: Um retrato dos Processos e das Famílias em situação de litígio**. Brasília: Liber livro. 2013.p. 61

Com o advento da Lei surge um novo conceito de alienação parental, previsto no artigo 1º, o qual inclui outras pessoas que possam ter as crianças e adolescentes sob sua autoridade, guarda ou vigilância:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.⁷¹

A Lei trouxe como inovação a estipulação de tramitação prioritárias quando houver indícios de alienação parental. Destaca o trabalho de uma perícia psicológica e biopsicossocial juntamente com os requisitos do laudo pericial, previsão de quem pode realiza-lo e ainda dispõe sobre as medidas a serem tomadas pelo juízo em casos de comprovação de alienação. São exemplos de medidas a alteração da guarda, acompanhamento psicológico, advertência, ampliação do regime de convivência, entre outras formas.⁷²

A maioria das famílias, e principalmente aquelas que se encontram em litígio na justiça em algum momento vão ter fatos relacionados a alienação parental, por isso é essencial uma reflexão sobre a Lei, para avaliar e chegar a um menor impacto diante da escolha que a família fará diante do conflito, que vez que podem reforça o binômio perdedor-ganhador, ou ainda praticas que avaliem o melhor genitor. É necessário que ocorra a separação emocional anteriormente da separação judicial para que não ocorra o uso da Lei para realizar o divórcio emocional.⁷³

A Lei da alienação parental foi criada com o intuito de delimitar o conjunto de comportamentos e caracterizar a consequente síndrome, conjuntamente com a finalidade de combater-la, mesmo havendo outros mecanismos que possam coibir a conduta a criação de uma Lei específica é importante e de grande impacto jurídico-cultural.⁷⁴

⁷¹ BRASIL. **Lei nº 12.318**, de 26 de agosto de 2010. Lei da Alienação Parental. Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm > Acesso em: 14 maio. 2017

⁷² BARBOSA, Luciana de Paula Gonçalves; CASTRO Beatriz Ros. **Alienação Parental: Um retrato dos Processos e das Famílias em situação de litígio**. Brasília: Liber livro.2013.p. 62

⁷³ BARBOSA, Luciana de Paula Gonçalves; CASTRO Beatriz Ros. **Alienação Parental: Um retrato dos Processos e das Famílias em situação de litígio**. Brasília: Liber livro. 2013.p. 65

⁷⁴ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental: Comentários a lei 12.318/2010**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense 2013. p.35

O 2º artigo da Lei não restringe a alienação parental aos genitores, estendendo o ato de alienar crianças e adolescentes a todos os que detenham de alguma forma autoridade afetiva ou parental sobre o menor, dispositivo reconhecido pela alteração legislativa realizada em 2011 no artigo 1.589 parágrafo único do Código Civil Brasileiro.⁷⁵

Ainda no referido artigo 2º da Lei, foi criado outro rol exemplificativo, das hipóteses que caracterizam a conduta alienadora. Alguns atos podem ser considerados propositais, contudo, tem casos em que o alienador não percebe que está equivocado diante dos seus sentimentos de frustração pelo rompimento do relacionamento e acaba direcionando sua revolta para os menores de forma equivocada e injustificada. São exemplos de Alienação Parental⁷⁶

[...]Artigo 2º Parágrafo único: São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - dificultar o exercício da autoridade parental;

III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V - omitir deliberadamente ao genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.⁷⁷

O artigo 3º da Lei da alienação parental estabelece a ilicitude na conduta do alienante, por desrespeitar direito fundamental da criança e do adolescente a convivência familiar, abuso moral e desobediência aos deveres inerentes a guarda e

⁷⁵ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental**: Comentários a lei 12.318/2010. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense 2013. p.36

⁷⁶ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental**: Comentários a lei 12.318/2010. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.36

⁷⁷ BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Lei da Alienação Parental. Brasília, 2010.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm > Acesso em: 29 maio. 2017

autoridade parental, uma vez que o alienante não soube lidar e separar a morte conjugal da relação parental.⁷⁸

Caso o magistrado, as partes, ou ainda o Ministério Público acredite na existência da prática da alienação parental terá o processo tramitação prioritária, e declarado de urgência medidas que resguardecem os direitos dos menores em face da alienação. Ainda no artigo 4º da Lei, o legislador se preocupou com o melhor interesse da criança, resguardando ao magistrado o dever de decidir qual tutela entende necessária para evitar que o dano no agente alienado seja maior do que no presente momento.⁷⁹

Deve o magistrado tomar o devido cuidado com a veracidade das informações, motivo pelo qual em último caso aplica-se a cessação do convívio com o genitor alienante, optando sempre por períodos de convivência, mesmo que acompanhado por alguém designado pelo juízo, ou em locais públicos, até a conclusão do processo. Logo, somente após a instrução do processo poderá a guarda ser modificada, com exceção a casos gravíssimos e provas incontestáveis.⁸⁰

A Lei prevê que seja averiguada a ocorrência da alienação parental em ações de divórcio, regulamentação de guarda; ou seja, em ação ordinária, além da tramitação prioritária trazida pelo artigo anterior. Casos que eram permitidos anteriormente a Lei, contudo o instituto inovou-se com a presença de perícias interdisciplinares realizadas por profissionais da área de psicologia, médicos, relações sociais, todos sujeitos as regras do Código de Processo Civil.⁸¹

Por ser de difícil constatação, principalmente pelo magistrado visto que sua formação não é especializada em perícia o artigo 5º da Lei 12.318/2010 prevê os requisitos para os procedimentos da perícia psicológica ou biopsicossocial, sendo legítimo para requerer tal procedimento o juiz de ofício, ou a pedido do Ministério Público.⁸²

⁷⁸ SILVA, Denise Maria Perissini. **Mediação e Guarda compartilhada**: Conquistas para a família. Curitiba: Juruá. 2011. p.324

⁷⁹ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental**: Comentários a lei 12.318/2010. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.38

⁸⁰ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental**: Comentários a lei 12.318/2010. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.39

⁸¹ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental**: Comentários a lei 12.318/2010. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.39

⁸² BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental**: Uma interface do Direito e da Psicologia. 1.ed. Curitiba: Juruá. 2012. p. 128

A perícia já era admitida antes do advento da Lei da alienação parental, através da admissibilidade de todas as provas em Direito, contudo, com a nova Lei foram nomeados como peritos e não mais assistentes, e estão sujeitos a Lei de perícia. Deverá ser colhido um amplo histórico do caso concreto, como o relacionamento, as queixas, tudo que possibilite averiguar a possibilidade da prática da alienação, sendo imprescindível uma entrevista e atividade com as partes envolvidas.⁸³

Diante da dificuldade de diagnóstico é necessário que os profissionais sejam especializados na matéria e não apenas com formação básica de psicologia ou serviço social. O laudo é essencial e requer uma certa celeridade, visto que a celeridade processual em se tratando de alienação parental é importante para amenizar os efeitos e restabelecer os vínculos afetivos, por isso o prazo para apresentação do laudo é de 90(noventa) dias para o perito ou equipe multidisciplinar, havendo necessidade justificada, pode-se requisitar que um prazo maior seja concedido.⁸⁴

Cada perito tem uma função essencial dentro do relatório, ao perito assistente social cabe verificar as reais condições sociais, para afirmar qual delas é mais propícia ao crescimento e desenvolvimento do menor, estipulando a melhor guarda, ao psicólogo é destinada as questões da alienação parental, como questões subjetivas, convivência e afetividade dos parentes envolvidos, não sendo essa colocação uma proibição para que ambos profissionais trabalhem em conjunto, requisitando ainda a presença de um médico ou pedagogo, caso seja necessário.⁸⁵

Ressalta-se que o Laudo pericial é de suma importância ao processo, trazendo a esfera do judiciário um valioso conjunto probatório, para o livre convencimento do juiz, contudo não é obrigatório que o magistrado tome como base para seu parecer final o resultado obtido pela equipe multidisciplinar.⁸⁶

⁸³ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação Parental: importância da detecção e aspectos legais e processuais**. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.111

⁸⁴ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental: Uma interface do Direito e da Psicologia**. Curitiba: Juruá. 2012. p. 129

⁸⁵ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental: Comentários a lei 12.318/2010**. 3.ed. Rio de Janeiro:Forense 2013. p.39

⁸⁶ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental: Uma interface do Direito e da Psicologia**. 1 ed. Curitiba: Juruá. 2012. p. 128

2.2.1 A Lei e suas Medidas de coibição

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

Parágrafo único. Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.⁸⁷

O legislador na produção da Lei de Alienação Parental estipulou que a prática de tal ato fere o Direito Fundamental da Criança a convivência familiar, consagrada pelo artigo 3º do ECA, e posteriormente, no seu artigo 6º traz que a pratica das condutas descritas na Lei são passíveis de responsabilidade civil e dano moral.

O referente artigo é um rol exemplificativo de medidas para coibir a pratica do alienante, não afastando outras medidas que possam ajudar na erradicação ou amenização da alienação, e consequente efeito, a chamada Síndrome da Alienação Parental- SAP.⁸⁸

Ainda, caso entenda necessário, o juiz pode utilizar de mais de uma medida, cumulativamente, para diminuir os danos da alienação e aumentar progressivamente o convívio entre a prole e o genitor, medidas que terão duração pelo período que perdura a pratica do genitor alienante. O rol em questão não tem características de

⁸⁷ BRASIL. **lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Lei da Alienação Parental. Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm > Acesso em: 29 maio. 2017

⁸⁸ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental**: Comentários a lei 12.318/2010. 3.ed. Rio de Janeiro: 2013. p.40

decisões punitivas a serem tomadas pelo judiciário, apenas busca preservar o direito a convivência familiar da criança e adolescente, que é um direito fundamental⁸⁹

A aplicação das medidas dos incisos I ao VI do artigo 6º da Lei 12.318/2010, não impedem e não são pré-requisitos para a instauração de ação de responsabilidade civil ou criminal. Quando ensejar responsabilidade civil, é admitida a indenização por dano moral e material diante dos notórios prejuízos, no âmbito penal o alienador responde quando utiliza de falsas memórias para imputar ato libidinoso/sexual, crime de calúnia e desobediência judicial.⁹⁰

No inciso I da Lei que dispõe sobre a alienação, o legislador trouxe como uma das soluções a advertência do alienante, contudo, cumpre ressaltar que tal medida somente terá eficácia quando houver apenas indícios de comportamentos que podem levar a alienação de maneira leve, uma vez que o juiz apenas ira esclarecer os malefícios que a conduta pode causar, principalmente ao menor, e ainda as consequentes sanções que podem ocorrer em caso de persistência. Caso a conduta do alienante esteja em um grau mais grave o juiz deve aplicar o inciso I cumulativamente com outra medida coercitiva.⁹¹

A Lei é claramente favorável ao regime de guarda compartilhada para minorar os efeitos da alienação, isso para ampliar a convivência do genitor alienado, conforme inciso II do referido artigo. Salientando a importância de o genitor beneficiado não adotar qualquer atitude vingativa que repita as práticas realizadas pelo alienante, uma vez que prejudicaria ainda mais a criança. Ressalta-se que não é vedado que o magistrado defendendo o interesse do menor, opte por entregar a criança para outros familiares, quando presentes indícios de alienação recíproca.⁹²

Ao alienador pode ainda ser estipulada multa, alternativamente ou cumulativamente, a fixação da multa deve ocorrer em casos de condutas alienatórias já devidamente comprovadas para que não ocorra outro motivo para litigância sem resoluções, as multas são cabíveis por exemplo nos casos em que são estipulados dias de visitas, levar a prole para local já determinado, entrega da criança,

⁸⁹ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental**: Uma interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá. 2012. p. 132

⁹⁰ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação Parental**: importância da detecção e aspectos legais e processuais. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.119

⁹¹ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental**: Uma interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá. 2012. p. 135

⁹² MENEZES, Rafaella de. MACHADO, Thalita. **Alienação Parental**: interlocução entre o direito e a psicologia. Curitiba: Maresfield Gardens. 2014. p.42

comparecimentos em sessões psicológicas e não é cumprido o dever, logo, o maior interesse na aplicação do inciso que prevê a multa é desestimular a prática alienadora.⁹³

A simples participação do poder judiciário em conflitos de alienação parental não é o bastante para resolver por completo a lide, sendo necessário um diálogo entre o Direito e o campo da psicologia, portanto o tratamento psicológico e/ou biopsicossocial do alienador é a melhor solução para a problemática, caso entenda necessário o juiz deverá estender o tratamento a prole, se já tiverem sido vítimas de modo que necessite de reparação.⁹⁴

O Magistrado pode determinar o referido tratamento sob pena de perda da guarda e ainda multa, assim o alienador realizará o acompanhamento de forma compulsória, o que para alguns profissionais levará a alguns avanços de uma forma ou de outra, visto que os profissionais da área têm diversas ferramentas eficazes para o caso.⁹⁵

A Lei que versa sobre a alienação parental incentiva a guarda compartilhada por ser esse regime o de maior aproximação dos filhos com os pais sem existir necessariamente uma posse, que é gerada na guarda unilateral, porém, a lei estabelece como medida para coibir a alienação a possibilidade de reversão da guarda, de compartilhada para unilateral ou vice-versa, lembrando que ainda existe a possibilidade da guarda ser dada aos avos ou outros parentes na alienação recíproca, ou caso a criança tenha uma rejeição momentânea a alteração da guarda.⁹⁶

O magistrado pode ainda determinar a fixação do domicílio da criança, conforme estabelece o inciso VI do artigo 6º da Lei, de forma acautelatória, para evitar que ocorra constantes mudanças de endereço, de modo injustificado e com a única finalidade de tentar alienar a criança e afastá-la do convívio familiar. O alienador com essa prática não fere somente o direito fundamental de convivência da criança com a família, mas também com os amigos, escola, gerando ainda mais transtornos no

⁹³ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental**: Comentários a lei 12.318/2010. 3.ed. Rio de Janeiro. Forense. 2013. p.43

⁹⁴ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental**: Comentários a lei 12.318/2010. 3.ed. Rio de Janeiro. Forense. 2013. p.43

⁹⁵ MENEZES, Rafaella de. MACHADO, Thalita. **Alienação Parental**: interlocução entre o direito e a psicologia. Curitiba: Maresfield Gardens. 2014. p.44

⁹⁶ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação Parental**: importância da detecção e aspectos legais e processuais. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.119

psicológico da prole. Nota-se que pode ser cumulada com a fixação do domicílio a fixação de multa, alteração de guarda entre outras medidas⁹⁷

Em face de atos abusivos, mais graves a Lei prevê no artigo 6º inciso VII a suspensão da autoridade parental, que é trazida no Código Civil de 2002 como Poder Familiar, fato que somente acontece em última instância, quando o alienador insistir nas condutas recorrentes, já devidamente alertadas.⁹⁸

A perda do poder familiar somente ocorrerá uma vez tentada todas as outras alternativas, para assim efetivar a proteção do Estado sobre as crianças, cessando todo e qualquer abuso provocado pelo genitor, entende-se que a criança sofreria mais com o terror psicológico e manipulações do que com a ausência desse alienador.⁹⁹

Ressalta-se que o alienador que incidir na prática de alienação parental, após ter sido suspenso do poder familiar, pode ter seu poder extinto de acordo com o artigo 1.638 inciso IV do Código Civil de 2002:¹⁰⁰

Art. 1.638. Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:
[...]
IV - incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente.¹⁰¹

2.2.2 Preferência ao genitor que garantir a convivência familiar

“Art. 7º A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada.”¹⁰²

A Lei que versa sobre a alienação parental prevê uma preferência sobre a guarda compartilhada dos menores, uma vez que até o término da relação dos pais implicitamente a guarda era exercida pelos dois. A guarda como presunção do término do relacionamento não pode ser evitada de ressentimento e não deve interferir na

⁹⁷ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental**: Uma interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá. 2012. p.137

⁹⁸ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental**: Uma interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá. 2012. p.139

⁹⁹ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental**: Comentários a lei 12.318/2010. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.47

¹⁰⁰ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental**: Comentários a lei 12.318/2010. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.48

¹⁰¹ BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm 24/05 > acesso em 9 jun. 2017

¹⁰² BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Lei da Alienação Parental. Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm > Acesso em: 29 maio. 2017

parentalidade dos genitores para com seus filhos. Por isso, da decisão que concede a guarda dos menores, tanto unilateral como compartilhada, não faz coisa julgada material, sendo possível a alteração a qualquer tempo, logo, o genitor que for detentor da guarda e insistir reiteradamente na prática da alienação poderá ter a guarda modificada.¹⁰³

A guarda compartilhada auxilia na prevenção da alienação parental e consequente Síndrome, uma vez que os filhos podem conviver a imagem verdadeira do genitor que poderia ser alienado, tendo ainda que ocorrer uma boa convivência entre os genitores, visto que podem perder a guarda. Passando assim a ser o menor o grande beneficiário, por estar com ambos os genitores e reforçar diariamente os laços da convivência familiar que empodera o seu desenvolvimento social e psicológico.¹⁰⁴

Portanto, a Lei da alienação parental segue a Lei sobre guarda compartilhada que altera o artigo 1.584 do Código Civil que diz que quando não houver acordo entre o pai e a mãe quanto a guarda do filho, o juiz deve determinar a modalidade de guarda compartilhada independente de pedido das partes, e como exceção a guarda unilateral.¹⁰⁵

2.2.3 Da competência

Conforme súmula 383 do Superior Tribunal de Justiça – STJ, é o foro do domicílio do genitor guardião que determina a competência para processar e julgar causas de interesse de menores. Por isso o artigo 8º da Lei 12.312/2010, parece à princípio contrariar o estipulado atualmente, ao afirmar que “ a alteração de domicílio da criança e adolescente é irrelevante para a determinação da competência relacionada às ações fundadas em direito de convivência familiar[...]”.¹⁰⁶

Ao analisar melhor a Lei percebe-se que o legislador se preocupou com a prática reiterada dos genitores, que em sua maioria quando atuam de forma

¹⁰³ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação Parental: importância da detecção e aspectos legais e processuais**. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.124

¹⁰⁴ FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental: Comentários a lei 12.318/2010**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.49

¹⁰⁵ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental: Uma interface do Direito e da Psicologia**. Curitiba: Juruá. 2012. p.142

¹⁰⁶ BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Lei da Alienação Parental. Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm > Acesso em: 29 maio. 2017

alienadora acabam por afastar os filhos dos genitores alienados, com recorrentes mudanças de domicílio, principalmente após a propositura da ação. Portanto o legislador tornou já de imediato irrelevante segundo a Lei o domicílio da parte, com exceção ao consenso dos genitores ou ainda através de decisão judicial que determine o contrário, sendo possível afirmar que o foro competente para tal ação é o do último domicílio da criança e seu representante.¹⁰⁷

Quanto as Vara competente para processar e julgar, podemos falar em ação que tramita na área de família por dependência com a guarda dos menores, e as ações autônomas que versam sobre alienação parental, na Lei 12.318/2010 não é declarado expressamente o juízo competente, porém o ECA, em seu artigo 148 estabelece que é competência da Vara da infância e da juventude processar e julgar as ações de tutela, perda de poder familiar, guarda e suas modificações quando envolverem violação do Direito do menor por abuso do pai/mãe. Contudo os tribunais passam por diversas discursões e análises jurisprudenciais que estipulam que as Varas competentes mesmo em ações autônomas são as do juízo de família.¹⁰⁸

2.2.4 Vetos da presidência ao artigo 9º e 10º da lei nº 12.318/2010

Art. 9º As partes, por iniciativa própria ou sugestão do juiz, do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, poderão utilizar-se do procedimento da mediação para a solução do litígio, antes ou no curso do processo judicial.

§ 1º O acordo que estabelecer a mediação indicará o prazo de eventual suspensão do processo e o correspondente regime provisório para regular as questões controvertidas, o qual não vinculará eventual decisão judicial superveniente.

§ 2º O mediador será livremente escolhido pelas partes, mas o juízo competente, o Ministério Público e o Conselho Tutelar formarão cadastros de mediadores habilitados a examinar questões relacionadas à alienação parental.

§ 3º O termo que ajustar o procedimento de mediação ou o que dele resultar deverá ser submetido ao exame do Ministério Público e à homologação judicial¹⁰⁹

¹⁰⁷ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental: Uma interface do Direito e da Psicologia**. Curitiba: Juruá. 2012. p.143

¹⁰⁸ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação Parental: importância da detecção e aspectos legais e processuais**. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.126

¹⁰⁹ BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Lei da Alienação Parental. Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm > Acesso em: 29 maio. 2017

O Presidente da República vetou dois dos artigos que estavam no projeto da Lei 12.318/2010, artigos 9º e 10º que versavam sobre a mediação na alienação parental.

O veto do artigo 9º está respaldado na impossibilidade de dispor sobre o direito de convivência familiar da criança e adolescente e consequentemente impossibilidade de utilização da mediação como forma de solução dos conflitos, conforme artigo 227 da Constituição Federal, uma vez que estariam os pais dispendo sobre direitos indisponíveis ¹¹⁰

O veto considerou ainda o fato do poder familiar ser exercido por ambos os genitores, e no caso de divergência, tais como alienação parental, têm os pais o direito de recorrer ao judiciário para solução da discordância, sendo competente para processar e julgar o juiz de carreira. Prezando também pelo princípio da intervenção mínima, que prevê medidas para proteção da criança e adolescente apenas por parte de autoridades competentes, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.¹¹¹

O veto da presidência viu a mediação como uma alternativa ao judiciário, o que poderia ser revisto e considerado como um auxiliar do Juiz, assim como os psicólogos, assistentes sociais, que auxiliam na descoberta, prevenção e tratamento da alienação parental e consequente Síndrome nos menores.¹¹²

A mediação pode ser revista para ser colocada como uma medida que gera oportunidade das partes levarem ao processo soluções geradas por sua flexibilidade, passando a enxergar solução onde só havia problemas, contudo, somente seria possível uma mediação se os peritos psicólogos e biopsicossociais concluíssem que a família está em condições de tomar decisões com o auxílio dos mediadores, para que ocorresse a substituição das normas legais impostas pelo juiz por decisões consensuais, não tornando apenas mais um meio estratégico do alienador para atrasar a execução das medidas trazidas na referida Lei.¹¹³

¹¹⁰ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental: Uma interface do Direito e da Psicologia**. Curitiba: Juruá. 2012. p.146

¹¹¹ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação Parental: importância da detecção e aspectos legais e processuais**. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.128

¹¹² MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação Parental: importância da detecção e aspectos legais e processuais**. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.130

¹¹³ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação Parental: importância da detecção e aspectos legais e processuais**. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.131

As soluções geradas a partir dos conflitos seriam expostas e recolhidas pelos litigantes e seus advogados, acompanhadas pelo mediador e Membro do Ministério Público, e posterior homologação judicial, gerando mais celeridade a um conflito que tinha como tendência ser interminável.¹¹⁴

Quanto ao 10º artigo da Lei 12.318/2010, não chegou a ser analisado pela presidência, sendo ainda vetado na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, por considerar que o artigo 236 do Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA) contém mecanismos de punição suficientes para coibir a pratica da alienação parental, não sendo preciso que o parágrafo único inserido pelo artigo 10 criminalize a conduta do alienante, visto que viria a ser outro efeito prejudicial aos menores detentores dos direitos que se pretende resguardar com a Lei, acarretando alguns sentimentos de remorso no menor.¹¹⁵

¹¹⁴ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação Parental:** importância da detecção e aspectos legais e processuais. Rio de Janeiro: Forense. 2013. p.131

¹¹⁵ BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental:** Uma interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá. 2012. p.149

3 OS MEIOS PUNITIVOS PREVISTOS NA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL E A MEDIAÇÃO COMO POSSÍVEL SOLUÇÃO

Conforme a Lei da alienação parental e de acordo com o Direito Fundamental da convivência familiar garantido a criança e adolescente, o Poder Judiciário deverá averiguar o indício da prática de alienação e ainda declarar e intervir nas relações, vindo a cessar a conduta do alienador.

Por se tratar de uma relação que envolve afeto, o grande problema é a efetividade da atuação do poder judiciário frente as condutas, que deveriam ser capazes de resolver o cerne da questão a ponto de restabelecer o convívio familiar e criar um ambiente onde o indivíduo possa se desenvolver.

3.1 Aplicação no judiciário

No Brasil a alienação parental passou a ter repercussão no judiciário a partir do ano de 2003, apesar dos fatos ocorrerem a muitos anos, por isso convém realizar uma breve análise de como vem sendo aplicada a Lei e suas sanções pelo judiciário, em cada caso concreto, com a participação de peritos, psicólogos e assistentes sociais.

Com isso cumpre analisar, apelação Cível Nº 70070306188, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 26/10/2016:

ALTERAÇÃO DE GUARDA. DISPUTA ENTRE OS GENITORES. ALIENAÇÃO PARENTAL. PREVALÊNCIA DO INTERESSE DA CRIANÇA. NULIDADES INOCORRENTES. ATUAÇÃO DO AGENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. SENTENÇA CITRA E EXTRA PETITA. ALIMENTOS E VISITAS. 1. Tendo sido devidamente intimado para a audiência o ilustre agente do Ministério Público, a sua ausência na solenidade não invalida o ato processual, mormente por que tal fato não acarretou nenhum prejuízo para a defesa, tendo a instituição sido atuante no processo. 2. A sentença não é extra petita, pois a regulamentação da questão alimentar, assim, como o direito de visitas, é decorrência imediata e lógica da alteração da guarda, pois ambos os genitores devem concorrer para o sustento do filho comum, bem como com ele conviver. 3. Também não é citra petita a sentença, pois o não acolhimento da arguição de litispendência ensejou obviamente o seu desacolhimento e não afetou o curso deste processo por mais de cinco anos, nem a adequada prestação jurisdicional. 4. Embora as alterações de guarda não sejam recomendáveis, ficou cabalmente demonstrado que o gravíssimo litígio envolvendo os litigantes está afetando o desenvolvimento saudável filho, que já está na adolescência, pois a genitora insiste na prática de condutas que configuram situação de alienação parental, com insistente

desqualificação da figura paterna. 5. Flagrado o sofrimento psíquico do filho e inviável qualquer composição consensual, imperiosa a alteração da guarda, que foi deferida ao genitor, que constituiu nova família na qual o filho está bem inserido, ficando resguardado o direito de visitas da mãe, com a determinação de que a genitora seja submetida a acompanhamento psicológico, assim como o filho. 6. A definição da guarda deve contemplar, acima de tudo o melhor interesse do filho e não o dos genitores, sendo inviável cogitar, neste momento, da guarda compartilhada, diante da relação turbulenta e doentia entretida pelos genitores. 7. As visitas regulamentadas permitem uma convivência próxima entre o filho e a genitora, resguardando a necessária e saudável afetividade entre ambos, e a verba alimentar fixada está afeiçãoada ao binômio possibilidade e necessidade. 8. Ficam advertidos os genitores de que o filho não é objeto e que os direitos dele de conviver e de nutrir afeto por ambos os genitores e de ter uma vida tranqüila deve ser respeitado, sendo que nova conduta de alienação parental que possa vir a ser praticada poderá ser apurada a qualquer momento e graves providências poderão ser adotadas contra aquele que não respeitar o direito do filho. Recurso desprovido. (Apelação Cível Nº 70070306188, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 26/10/2016)¹¹⁶

O julgado versa sobre apelação da genitora a sentença que julgou procedente a alteração da guarda do filho, juntamente com regulamentação de visitas e alimento, uma vez que foi verificada a impossibilidade de guarda compartilhada, visto que a genitora insiste em condutas reiteradas que caracterizam alienação parental, com alegações que desqualificam o genitor.

O recurso fora desprovido e a genitora encaminhada a acompanhamento psicossocial juntamente com a criança, visto que segundo os laudos a causa do rancor foi o rompimento conjugal com mágoas e atos conflitivos entre o casal, em decorrência da relação turbulenta.

O acompanhamento com psicólogo orientado para o feito pode e é visto como um redutor dos efeitos e danos que venham a ser causados com a separação dos pais e a alienação por parte da mãe.

Ocorre que a alteração de guarda não é uma garantia e nem é recomendada, sendo por si só traumática ao menor, inclusive quando é demonstrado gravíssimo litígio entre os pais, podendo vir a gerar uma sensação de que uma das partes tenha “ganhado” o conflito, ocasionando uma revolta para parte alienadora, contudo, não houve alternativa diante do insustentável litígio, e tardio julgamento por parte do

¹¹⁶ BRASIL. Tribunal de justiça do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível Nº 70070306188**. Sétima Câmara Cível. Porto Alegre, 26 de outubro de 2016.

judiciário; uma vez que a situação conflitiva vem gerando consequências que afetam diretamente o menor e seu desenvolvimento saudável, por não ter o judiciário atuado com uma possível mediação anteriormente a implantação da síndrome.

Sendo assim, o a judiciário optou por resguardar a proteger do menor e seus interesses, que devem ter prioridades frente a qualquer interesse dos pais e do Estado, conforme artigo 227 da Constituição Federal, uma vez que a genitora pode se conscientizar dos danos que vem causando ao infante por meio do acompanhamento.

O referido voto esclarece que os laços paternos são cada vez mais próximos e que é indispensável ao menor a convivência com a família em um ambiente saudável, em que possa desenvolver-se em equilíbrio para melhor se adaptar ao mundo exterior.

Outra decisão que merece destaque pela não vinculação da decisão ao laudo psicológico, é o Agravo de Instrumento Nº 70073571820, da Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 17/08/2017:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALTERAÇÃO DE GUARDA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. ALIENAÇÃO PARENTAL. INEXISTÊNCIA DE PROVA CABAL. Não tendo a agravante apresentado prova cabal de que o infante encontra-se em situação de risco sob a guarda paterna e considerando sempre o melhor interesse do menor, é necessária extrema cautela na alteração de guarda nesta fase processual, sob pena de causar danos emocionais e psíquicos irreversíveis à criança, sendo imprescindível que maiores elementos aportem aos autos. NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME.¹¹⁷

Trata-se de agravo de instrumento da genitora contra decisão que negou alteração de guardar em pedido liminar, não revertendo guarda paterna para materna.

A agravante alega que o agravado não tem permitido as visitas ao infante e inclusive anexou laudo psicológico que comprova a alienação parental e o risco sob os cuidados do pai, contudo, o Tribunal alegou que para reverter a guarda não seria suficiente o laudo pericial realizado em 16/08/2016, sob alegação de que o comportamento persiste, uma vez que a prova pericial fora usada em ação de guarda já superada.

O magistrado negou provimento com base na proteção do infante, uma vez que para alteração de guarda tem-se que atuar com cautela, tendo o pedido que vir

¹¹⁷ BRASIL. Tribunal de justiça do Rio Grande do Sul. **Agravo de Instrumento Nº 70073571820**. Oitava Câmara Cível. Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

acompanhado de provas cabais. Não podendo ser revertida a guarda de forma abrupta, visto que causaria danos ao infante, emocionais e psíquicos, irreversíveis.

Logo, o judiciário mais uma vez, sem uma mediação e análise do comportamento dos genitores, teve que atuar com completo déficit diante da situação fática sem comprovação, ficando a criança a mercê de supostos danos a integridade e convívio família, por ter a genitora trazido aos altos provas que já foram superadas no processo, diante da deficiência de um novo laudo elaborado dentro de tempo hábil.

Por fim, cumpre analisar um julgado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, acórdão nº 987758 da 6ª Turma Cível, Relator Carlos Rodrigues, Publicado no DJE : 24/01/2017:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. RELAÇÃO DE CONFLITUOSIDADE ENTRE OS GENITORES. ALIENAÇÃO PARENTAL PRATICADO PELA GENITORA. MANUTENÇÃO DO LAR DE REFERÊNCIA MATERNO. JUÍZO DE PROPORCIONALIDADE. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. AMPLIAÇÃO GRADATIVA DO REGIME DE VISITAS. GUARDA COMPARTILHADA.¹¹⁸

1. A prática da alienação parental perpetrada pela mãe pode acarretar para o menor prejuízos em seu desenvolvimento psicológico. Ademais, a prática dessa reprogramação da criança fere o seu direito fundamental à convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com o genitor e constitui abuso moral contra a criança. Tal prática é fortemente repelida por nosso ordenamento jurídico, devendo o alienante estar atento quanto ao bem-estar físico e psicológico da criança, sob pena de arcar com as consequências de atos por ele praticados e que possam prejudicar o menor, seja de forma direta ou indireta.

2. Na espécie, a despeito da comprovada alienação parental praticada pela mãe e das sanções que o ato enseja, é importante realizar um juízo de proporcionalidade entre as disposições legais e o princípio do melhor interesse da criança. Determinar a mudança para o lar paterno, apesar de ser cabível legalmente, pode ser traumático para a criança, pois durante o curso do processo restou demonstrado que o filho sempre residiu com a mãe e já passou meses sem ter contato com o pai. Neste momento, ampliar o regime de visitas do pai e construir paulatinamente uma relação mais amorosa com o filho pode amenizar os efeitos deletérios da alienação no estado psicológico da criança e, aos poucos, resgatar relação entre eles.

3. No processo de ponderação entre as sanções legais e o princípio constitucional do melhor interesse da criança, da proteção integral e preservação da sua dignidade, vislumbra-se que a manutenção do lar de referência materno atende melhor às necessidades do infante, ressaltando que se a mãe permanecer recalcitrante em seu intento de destruir a figura paterna, bem como inviabilizar a reaproximação dos

¹¹⁸ BRASIL. Tribunal de justiça do Distrito Federal e Territórios. **Acórdão nº 987758**. 6ª Turma Cível, Relator Carlos Rodrigues. Brasília, 24 de Jan. de 2017.

laços afetivos entre eles, a situação poderá ser alterada, inclusive com a cominação da sanção de suspensão do poder familiar.

4. Ao realizar o juízo de ponderação entre as sanções previstas na lei e o princípio do melhor interesse do menor, este deve preponderar. A análise deve ser feita por meio de método comparativo entre os custos e benefícios da medida examinada, realizada não apenas por uma perspectiva estritamente legalista, mas tendo como pauta o sistema constitucional de valores.

5. Em atenção ao melhor interesse do menor, mesmo na ausência de consenso dos pais, a guarda compartilhada deve ser aplicada, cabendo ao Judiciário a imposição das atribuições de cada um. Contudo, essa regra cede quando os desentendimentos dos pais ultrapassarem o mero dissenso, podendo resvalar, em razão da imaturidade de ambos e da atenção aos próprios interesses antes do do menor, em prejuízo de sua formação e saudável desenvolvimento (art. 1.586 do CC/2002). (REsp 1417868/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe10/06/2016).

6. Apelo conhecido e parcialmente provido. Apelo adesivo conhecido e desprovido.

Trata-se de apelação com segredo de justiça, onde pode-se vislumbrar a proteção do Direito a convivência familiar com ambos os pais, uma vez que a mãe como detentora da guarda vem impossibilitando.

É demonstrado pelo critério de julgamento a importância dada a construção da personalidade do infante no seio familiar, para uma melhor formação da prole, uma vez que a ausência de um dos genitores pode causar resultados negativos.

O Tribunal salienta que mesmo sem consenso dos pais a guarda compartilhada deve ser aplicada. Mas em consenso com alguns doutrinadores já citados, mesmo sendo cabível, a mudança de guarda unilateral para compartilhada pode vir a gerar ainda mais danos ao menor, uma vez que não está acostumado a residir com o pai e já ter passado longas temporadas distante, sendo assim determinou o provimento parcial do pedido, para que seja ampliado o regime de visitas do genitor até que o menor se adeque, e caso a mãe impossibilite a aproximação é previsto aplicações de sanções, como multas, e até a perda do poder familiar.

Ocorre que, em si tratando de alienação parental por parte da genitora é de consenso que a aplicação de multas é uma forma punitiva inadequada que pode gerar esperanças falsas, uma vez que o pai alienado continuará a sofrer as privações do convívio através da alienação parental, que não será suprida por medidas como multa diária.

3.2 Mediação

A mediação surge no Brasil no ano de 1989, em São Paulo, pelo modelo Frances, por meio da busca de um meio de aproximar o cidadão ao sistema judiciário, facilitando o acesso à justiça, gerando um desaforamento dos grandes números de processos.¹¹⁹

O termo mediação surge do latim *mediare*, que expressa mediar, intervir, dividir, demonstrando uma forma colaborativa das partes para obtenção de respostas amigáveis.¹²⁰

O mecanismo é um caráter alternativo, assim como a conciliação, é Métodos alternativos de Solução de Controvérsias (Mascs). Portanto os métodos podem ser divididos em autônomos, quando o conflito é resolvido através de um consenso das partes sem imposição de vontade de um terceiro alheio a situação - e heterônomo quando um terceiro alheio ao conflito determina a solução, podendo ser Juiz enquanto Estado ou um arbitro escolhido pelas partes.¹²¹

A mediação serve como ponte entre as pessoas, auxilia a comunicação, que leva a uma transformação positiva do conflito, cabe a ela uma redistribuição da justiça pelo afeto e pensamento.¹²²

Instrumento encadeado a justiça consensual por não implicar uma decisão imposta por um terceiro, é um método em que as próprias partes têm responsabilidade e autoridade para construir soluções satisfatórias e eficaz. Esse mecanismo de resolução de conflito tem como base um mediador, terceiro que atua de forma imparcial com o intuito de facilitar que as partes encontrem soluções produtivas para o problema que as envolvem, ou seja, não tem uma autoridade para impor decisões.¹²³

Segundo Aguida Arruda Barbosa mediação é:

[...]um método fundamentado, teórica e tecnicamente, por meio do qual uma terceira pessoa, neutra e especialmente treinada, ensina os mediandos a despertarem seus recursos pessoais para que consigam transformar o conflito em oportunidade de construção de outras alternativas, para o enfrentamento ou prevenção de conflitos.¹²⁴

¹¹⁹ BARBOSA, Águida Arruda. **Mediação familiar**: interdisciplinar. São Paulo: Atlas, 2015. p.16

¹²⁰ CONRADO, Paulino da. **Desatando nós e criando laços**: novos desafios da mediação familiar. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. p. 146

¹²¹ ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **A mediação no novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Forense, 2016. p. 44

¹²² BARBOSA, Águida Arruda. **Mediação familiar**: interdisciplinar. São Paulo: Atlas, 2015. p.33

¹²³ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**.3ªed. São Paulo: Método, 2016. p.175

¹²⁴ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**.3ªed. São Paulo: Método, 2016. p.175

Logo, o mediador é instruído a conduzir o processo de forma imparcial, jamais poderá julgar ou ao menos sugerir soluções, as técnicas utilizadas por eles têm que levar os mediandos a se sentirem acolhidos de forma que facilite a comunicação recíproca, para que juntos consigam chegar a um consenso em prol dos interesses comuns, e ainda uma superação da controvérsia, uma vez que são os protagonistas do conflito.¹²⁵

A mediação é uma técnica pautada na abordagem construtiva e não adversarial, o mediador neutro é capacitado para realizar as reuniões de um modo que as partes venham a reconhecer sua postura de protagonista frente ao problema e propor uma solução capaz de restabelecer o relacionamento ou ao menos um bom relacionamento em prol de um bem maior.¹²⁶

3.2.1 Mediação frente ao novo Código de Processo Civil (CPC) e a Lei de Mediação (13.140/2015)

Pelo critério cronológico pode-se analisar o desenvolvimento doutrinário do tema no Brasil, como a Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça que traçou diretrizes e princípios éticos a mediação e conciliação. O Novo Código de Processo Civil também trouxe em seu texto a previsão da atuação do mediador, preferencialmente nos conflitos onde as partes tenham um vínculo anterior, caso em que deverá auxiliar para que as soluções gerem benefícios a ambas as partes.¹²⁷

Enfim, a Lei de Mediação Brasileira, Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, considera a mediação como uma atividade técnica em que um mediador, atua sem poder decisório, vindo a estimular as partes a desenvolver soluções consensuais.¹²⁸

Portanto, a vantagem da mediação está em ser um método que permite, caso as partes em conflitos assim desejem, uma possível relação no futuro, sem romper a relação interpessoal, possibilitando uma atuação conjunta caso seja necessário, logo é um mecanismo de justiça coexistencial.¹²⁹

O novo CPC regula em seu texto a mediação no âmbito judicial, a necessidade de conversão da litigiosidade demasiada frente aos conflitos em uma

¹²⁵ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. 3ªed. São Paulo: Método, 2016. p.176

¹²⁶ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. 3ªed. São Paulo: Método, 2016. P. 177

¹²⁷ ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **A mediação no Novo Código de processo civil**. São Paulo: Forense, 2016.p. 110

¹²⁸ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. 3ªed. São Paulo: Método, 2016. p. 178

¹²⁹ ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **A mediação no Novo Código de processo civil**. São Paulo: Forense, 2016.p. 113

litigiosidade responsável. Devendo todos os juristas brasileiros estimular os métodos consensuais, inclusive quando o processo já estiver em curso, conforme artigo 3º parágrafo 3º do CPC: “A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.”¹³⁰

Ao analisar o novo CPC, ao longo de seu texto encontra-se sucessivos dispositivos que estimulam e determinam que se deve priorizar o método consensual, em seu artigo 90 parágrafo 3º o legislador preocupou-se em tantos quantos benefícios forem necessários para seu estímulo, declarando que quanto mais cedo venha ocorrer a autocomposição mais benefícios as partes terão, como a dispensa de realizar o pagamento das custas processuais remanescentes.¹³¹

No artigo 139 inciso V o legislador estipulou que o magistrado tem um novo papel frente a sociedade, o qual deve estimular a cooperação processual, devendo a qualquer tempo do processo colaborar para soluções consensuais, o inciso V não veda que a mediação seja feita pelo juiz de direito, contudo, lembra que pode ser facilitada quando realizado por membros mais habituados, ou seja, mediadores e conciliados devidamente cadastrados. O que o dispositivo traz de inovador é que quando no curso do processo existir condição favorável a solução consensual, poderá o juiz realizar de pronto a transação e homologar.¹³²

O legislador preocupou-se ainda de prever no texto a diferença entre mediador e conciliador, dispondo também sobre os centros judiciários de solução consensual de conflitos (CEJUCs), nos artigos 165 e 175 do novo CPC, afirma a fundamentalidade da atuação dos CEJUCs na elaboração de programas que auxiliam e estimulam a utilização dos meios consensuais. Nos parágrafos 2º e 3º do artigo 165 distinguiu os critérios a serem considerados nas distribuições dos processos, para mediador ou conciliador, uma vez que a Lei específica da mediação não prevê distinção, não tratando a conciliação como método estranho a mediação. A conciliação é considerada uma mediação avaliativa, passando a ser uma espécie da

¹³⁰ BRASIL. Lei nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. Código de Processo Civil, 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm > Acesso em: 18 de agost. 2017

¹³¹ VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. 5 ed. São Paulo: MÉTODO, 2016.p. 92

¹³² VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. 5 ed. São Paulo: MÉTODO, 2016.p. 95.

mediação, espécie em que os especialistas podem atuar e indicar métodos mais eficazes.¹³³

Logo, para os conciliadores (mediadores avaliativos) ocorreria a distribuição de processos, através da existência ou não de um vínculo anterior entre os litigantes, no caso da conciliação não ocorre o vínculo anterior, tratando apenas de questões inerentes aos aspectos jurídicos e econômicos, sendo conferido ao mediador, por sua capacitação, a prerrogativa de sugerir em momento oportuno uma solução à lide.

Na mediação não é permitido que o mediador proponha solução, apenas atuem com o intuito de restabelecer a comunicação dos mediandos, que sozinhos devem chegar a melhor solução, lembrando que a mediação ocorre quando existe um vínculo anterior entre os litigantes.¹³⁴

A Lei de mediação pode ser aplicada em qualquer litigio que admita uma transação. No artigo 7º da Lei, o legislador preocupou-se em deixar claro que o mediador está proibido de atuar como arbitro da causa, e veda que o mesmo atue como testemunha posteriormente em processos que de alguma forma tenha relação a causa em que tenha atuado como mediador.

Diante do exposto sobre a mediação cumpre ressaltar a importância da observação dos princípios previstos no artigo 2º da Lei de Mediação, quais sejam: imparcialidade, isonomia, oralidade, informalidade, autonomia da vontade, busca do consenso, boa-fé. Entendem os doutrinadores que o princípio da imparcialidade refere-se ao mediador, que como explanado não possui legitimidade para propor solução a transação, devendo tão somente estimular o diálogo e o consenso.

3.2.2 Aspectos distintivos da mediação e conciliação

Parte da doutrina defende a tese de que não existe distinção entre os mecanismos de solução consensual, que tanto na conciliação como a mediação o terceiro capacitado poderia escolher uma vertente e auxiliar as partes.

Nos dois métodos existe a presença de um terceiro imparcial com o intuito de facilitar o diálogo eficaz para chegar ao resultado satisfatório da transação, contudo a doutrina afirma que o mediador não pode expressar opiniões pessoais nem

¹³³ VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. 5 ed. São Paulo: MÉTODO, 2016.p. 100

¹³⁴ VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. 5 ed. São Paulo: MÉTODO, 2016.p. 102

demonstrar identificação com os mediandos, sustenta que a grande diferença esta sim na atuação do mediador/conciliador, uma vez que o mediador não pode sugerir soluções e as questões são subjetivas e profundas, decorrem de relações continuadas, e na conciliação são relações ocasionais onde o conciliador poderá, caso avalie necessário, incentivar o caminho para solução.¹³⁵

Segundo Lília Maia de Moraes Sales:

“A diferença fundamental entre a mediação e a conciliação reside no conteúdo de cada instituto. Na conciliação, o objetivo é o acordo, ou seja, as partes, mesmo adversárias, devem chegar a um acordo para evitar um processo judicial. Na mediação as partes não devem ser entendidas como adversárias e o acordo é a consequência da real comunicação entre as partes. Na conciliação o conciliador sugere, interfere, aconselha. Na mediação, o mediador facilita a comunicação, sem induzir as partes ao acordo.”¹³⁶

Para facilitar a atuação do mediador o que é permitido é que se realize perguntas com o objetivo de estimular o diálogo e facilitar que as partes possam chegar a um consenso, lembrando sempre que deve ser observada a equidistância exigida para que não venha a comprometer a credibilidade da mediação e posterior validade da transação.¹³⁷

3.2.3 Mediação familiar

O Estatuto das Famílias acolheu a mediação como princípio que amplia a jurisdição. A mediação familiar visa uma nova perspectiva nos conflitos, de modo a restabelecer a convivência nas relações do Direito de Família através do compartilhamento do pensamento e das emoções por meio do diálogo profundo.¹³⁸

O novo Código de Processo Civil de 2015 também acolheu a mediação familiar quando o legislador preocupou-se em trazer expresso no artigo 694 que nenhum esforço seria evitado para que as ações que envolvam direito de família fossem resolvidas através de um método consensual. Determinando que todos os operadores do Direito em conjunto com profissionais de outras áreas deveriam evitar

¹³⁵ BARBOSA, Águida Arruda. **Mediação familiar**: interdisciplinar. São Paulo: Atlas, 2015. p. 34

¹³⁶ SALES, Lília Maia de Moraes. **Justiça e mediação de conflitos**. Cit. p. 38 apud TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. 3ªed. São Paulo: Método, 2016. p.179

¹³⁷ TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. 3ªed. São Paulo: Método, 2016. p.180

¹³⁸ BARBOSA, Águida Arruda. **Mediação familiar**: interdisciplinar. São Paulo: Atlas, 2015. p. 220

o método heterônomo-imposição do Juiz enquanto Estado, e optar pelo método consensual, que não gera uma abordagem adversarial.¹³⁹

Art. 694. Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação.

Parágrafo único. A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem a mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.¹⁴⁰

O dispositivo em comento tem como base a realidade saturada do judiciário brasileiro que atualmente encontra-se com uma média de processos por juiz desafiadora, que torna quase impossível a atividade judicante do Estado, principalmente quando se espera dela uma presteza e qualidade por se tratar de assunto tão subjetivo. Por outro lado, temos também que, assuntos que envolvem Direito de família são permeados por contextos profundos que a solução coercitiva estipulada como melhor solução por um terceiro- juiz pode não amenizar o problema.¹⁴¹

Logo, entende-se que a solução harmônica e consensual trazida pelo legislador busca uma solução para saturação do judiciário e para litígios de tamanha subjetividade como os familiares, elevando a mediação a categoria de método integrante do Judiciário, e não apenas alternativo. Devendo então, o processo contencioso ser o último a ser utilizado, quando todos os outros meios ditos como alternativos não superarem a lide, passando aos litigantes o papel de protagonistas de suas histórias.¹⁴²

Quando o conflito versar sobre interesse familiar o judiciário brasileiro somete deveria interferir de forma autoritária quando as partes não obterem êxito na forma consensual, diferente disso é afirmar que o jurisdicionado não é capaz de se responsabilizar por suas escolhas e cultivo pela cultura da busca instantânea pelo poder judiciário como única alternativa, se isentando as partes da responsabilidade e do exercício pleno da cidadania.

¹³⁹ BARBOSA, Águida Arruda. **Mediação familiar: interdisciplinar**. São Paulo: Atlas, 2015. p. 220

¹⁴⁰ BRASIL. Lei nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. **Código de Processo Civil**, 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm > Acesso em: 18 de agost. 2017

¹⁴¹ SALLES, Carlos Alberto de. **Negociação, mediação e arbitragem**: curso básico para programas de graduação em direito. Rio de Janeiro: Método, 2012

¹⁴² ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **A mediação no Novo Código de processo civil**. São Paulo: Forense, 2016.p. 219

Parecer ser logica a intenção do legislador do CPC quando determina a mediação como solução para relações que se prolongam com o tempo, como as familiares, uma vez que através do diálogo rompem com o aspecto adversarial do litigio, afastando a impressão que as partes possam vir a ter de ganhar ou perder a causa, como ocorre em sua maioria, quando não são capazes de romper com a adversidade e o solução te, que vir por meio do poder Estatal de forma coercitiva.¹⁴³

Outro ponto de suma importância encontra-se na dinamicidade das relações no contexto familiar, a celeridade é de grande importância frente aos conflitos, uma vez que a prolação tardia da sentença pode gerar uma insuficiente ou satisfação do resultado, por mais célere que o possa ser jamais alcançara o cotidiano de uma família em constante transformação. Como nos casos de alienação parental, em que a demora em se obter uma resposta jurisdicional pode levar a instauração da síndrome de alienação parental e seus devidos sintomas.¹⁴⁴

3.2.4 Aplicação da mediação familiar

Por ser as relações familiares enraizadas de interações reciprocas e continuas, e ainda, amplamente protegida por normas predominantemente de ordem pública é inegável a dúvida sobre a efetividade de soluções consensuais nessa área. Contudo, pode-se afirmar que a mediação, especificamente, pode ser uma forma legitima e vantajosa na solução de lides no Direto de Família, como alienação parental, disputa de guarda.

É importante ressaltar, que o objetivo precípua da mediação não está em realizar a transação em si, mas o restabelecimento do diálogo entre as partes e consequente rompimento do aspecto adversarial. Portanto, independente da indisponibilidade em relação a alguns Direitos no contexto familiar existe o cabimento da mediação, sem grandes restrições. Logo, a mediação atuará na superação da contenda ou na precaução da discórdia, com a cooperação de todos os envolvidos, que são chamados a reconhecer os vínculos afetivos e dependentes que os unem, independente do Direito ser ou não disponível.¹⁴⁵

¹⁴³ ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **A mediação no Novo Código de processo civil**. 2ed. São Paulo: Forense, 2016.p.

¹⁴⁴ BARBOSA, Águida Arruda. **Mediação familiar: interdisciplinar**. São Paulo: Atlas, 2015. p. 140

¹⁴⁵ ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **A mediação no Novo Código de processo civil**. 2 ed. São Paulo: Forense, 2016.p. 225

O método consensual da mediação concretiza o fundamento de validade do ordenamento jurídico brasileiro. Concretizando os princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, que compreende os princípios da solidariedade, igualdade, liberdade e integridade psicofísica; tornando-se assim um mecanismo efetivo a solução de qualquer conflito familiar.¹⁴⁶

O princípio da integridade psicofísica se efetiva através da mediação, que trabalha com o diálogo e rompe com a contraposição de situação adversarial, própria da composição heterônoma (judicial), deixando as partes confortáveis para expressarem seus pensamentos e frustrações sem críticas.¹⁴⁷

Enfim, a mediação interdisciplinar prima pela harmonização de todos os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, previstos no artigo 1º, como igualdade, liberdade e dignidade. “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”¹⁴⁸ Logo, através da mediação é possível o reconhecimento e a redefinição de parâmetros, diferenças soluções.

¹⁴⁶ BARBOSA, Águida Arruda. **Mediação familiar: interdisciplinar**. São Paulo: Atlas, 2015. p.142

¹⁴⁷ ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **A mediação no Novo Código de processo civil**. 2ed. São Paulo: Forense, 2016.p. 227

¹⁴⁸ Brasil. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Disponível em:<
<http://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/articles-01-10.html> > acesso em: 20 agost. 2017

CONCLUSÃO

A Lei que versa sobre alienação parental, por ter que solucionar interferências na formação psíquica de crianças ou adolescentes, encontra dificuldades na aplicação dos seus dispositivos por demandar sobre conflitos de vasta complexidade, que pressupõe uma necessidade de atuação precisa e específica do judiciário para perceber e solucionar cada caso de acordo com suas peculiaridades.

As relações familiares que envolvem alienação parental são eivadas de rancor e questões de extrema complexidade, onde a verdadeira justiça somente poderá ser alcançada através de princípios baseados na equidade e na justiça feita para cada caso concreto, ou seja, ainda que seja moldado na Lei deverá atender as características específicas de cada lide.

As decisões não podem apenas buscar uma adequação da guarda, ou estipulação de sanções ao genitor ou responsável alienador, tem-se que buscar principalmente o desenvolvimento dos cidadãos nas suas próprias questões e responsabilidades frente ao infante.

Algumas medidas trazidas pela Lei não eliminam o exercício da prática de alienar, gerando ainda mais conflito entre as partes, principalmente por gerar uma impressão de parte ganhadora e perdedora, fazendo com que o alienador continue denegrindo a imagem do ex- marido ou esposa, com a simples intenção de realizar vingança, gerada pelo inconformismo do fim do enlace familiar-matrimonial.

No entanto parece descabida a exigência de que o magistrado sozinho solucione cada caso concreto de alienação e suas complexidades com tamanha sobrecarga de trabalho. Além dos problemas do sistema atual, a impossibilidade abarca ainda as implicações trazidas pela própria Lei, que determina regras gerais a serem aplicadas em casos específicos, vetando a possibilidade de mediação aos litigantes.

O veto trazido no artigo 9º da Lei, que trata da mediação, é embasado na impossibilidade que os responsáveis têm de dispor sobre os direitos a convivência familiar da criança e do adolescente, conforme artigo 227 da Constituição Federal. Contudo, merece ser revista a decisão, uma vez que a mediação não deve ser encarada como uma alternativa ao judiciário e sim como auxiliar do juiz, assim como os psicólogos que auxiliam na descoberta, prevenção e tratamento da síndrome da alienação parental.

Logo, a mediação familiar obrigatória, levaria as partes a enxergarem soluções consensuais e flexíveis onde somente existia problemas, passando a priorizar o correto desenvolvimento do menor e respeitar o Direito à convivência familiar das crianças e adolescentes.

Portanto, apesar das relações familiares serem amplamente protegidas por normas de Direito Público é legítima e vantajosa a aplicação da mediação familiar, uma vez que o objetivo principal não é realizar a transação em si, mas restabelecer o diálogo entre as partes e romper com os aspectos adversariais, sendo cabível então independentemente da indisponibilidade em relação a alguns Direitos no contexto familiar.

No caso a Lei torna-se como uma roupa que necessita de um mediador habilidoso que a faça servir tanto para pessoas altas como de baixa estatura. Por isso para uma maior aproximação do Estado a realidade social o poder jurisdicional necessita de uma adequação do Direito a evolução social, sob pena de tornar a Lei ineficaz, uma vez que questões subjetivas que envolvem enlances familiares, quando solucionadas a destempo ou erroneamente podem causar elevados danos a estrutura família e ao desenvolvimento adequado do infante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **A mediação no novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Forense, 2016

BARBOSA, Águida Arruda. **Mediação familiar**: interdisciplinar. São Paulo: Atlas, 2015.

BARBOZA, Luciana de Paula Gonçalves; CASTRO, Beatriz Chaves Ros de. **Alienação Parental**: Um retrato dos processos e das famílias em situação de litígio. Brasília: Liber Livro. 2013.

BARROS, Gabriela dos Santos. **Análise poliédrica da alienação parental e da síndrome de alienação parental**. Disponível em:
http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12243

Brasil. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Disponível em:<
<http://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/articles-01-10.html> >

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.318**, de 26 de agosto de 2010. Lei da Alienação Parental. Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm >

BRASIL. **Lei nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015**.Código de Processo Civil, 2015. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2012018/2015/lei/l13105.htm >

BRASIL. Tribunal de justiça do Distrito Federal e Territórios. **Acórdão nº 987758 da 6ª Turma Cível**. Relator Carlos Rodrigues. Brasília, 24 de Jan. de 2017.

BRASIL. Tribunal de justiça do Rio Grande do Sul. **Agravo de Instrumento Nº 70073571820**. Oitava Câmara Cível. Porto Alegre, 17 de agosto de 2017.

BRASIL. Tribunal de justiça do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível Nº 70070306188**. Sétima Câmara Cível. Porto Alegre, 26 de outubro de 2016

BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental**. Uma interface do direito e da psicologia. Curitiba: Juruá. 2012.

CONRADO, Paulino da. **Desatando nós e criando laços**: novos desafios da mediação familiar. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

CUNHA, Tâmara Morais da. **Alienação Parental x Síndrome da Alienação Parental**. Disponível em < <https://tamaramoraesc.jusbrasil.com.br/artigos/187848400/alienacao-parental> >

ELIAS, Roberto João: **Pátrio Poder**: Guarda dos Filhos e Direito de Visitas. São Paulo: Saraiva, 1999.

FIGUEIREDO, Fábio Vieira. **Alienação Parental**. São Paulo: Saraiva, 2013. 2ed

FREITAS, Douglas Philips. **Alienação parental**: Comentários a lei 12.318/2010. 3.ed. Rio de : Forense 2013.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo PAMPLONA. **Novo curso de direito de família**: As famílias em perspectiva constitucional. 4 ed. São Paulo: Saraiva. 2010. V.6

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: doutrina e jurisprudência. 15.ed. São Paulo: Atlas. 2014.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: Famílias. 4.ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da Alienação Parental**: importância da detecção com seus aspectos legais e processuais. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MULLER, Cristina Maria. **Direitos Fundamentais**: a proteção integral de crianças e adolescentes no Brasil. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9619> Acesso em 9 junh.2017

SALLES, Carlos Alberto de. **Negociação, mediação e arbitragem**: curso básico para programas de graduação em direito. Rio de Janeiro: Método, 2012

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Casos de alienação parental**. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10856>.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Mediação e guarda compartilhada**: conquistas para a família. Curitiba: Juruá. 2011.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. 3ªed. São Paulo: Método, 2016.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito Civil**: Direito de Família. 8ed. São Paulo: Método. 2013.v.5.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. 5 ed. São Paulo: MÉTODO, 2016.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil:** Direito de Família. 10.ed. São Paulo. Atlas. 2010.